



NÔ PINTCHA

* ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFOS: 3713/3726/3728

BISSAU

P.A.I.G.C. BALANÇO DE 20 ANOS DE LUTA PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL DA GUINÉ E DE CABO VERDE (1956-1976)



«A nossa qualidade de militantes do PAIGC e de dignos continuadores da obra imensa de Amílcar Cabral tem por base esta certeza inabalável: partindo da realidade dos nossos dois Estados independentes, estamos a criar as estruturas superiores da unidade, ao serviço do povo da Guiné e Cabo Verde, para uma vida de progresso e felicidade», declarou o Se-

cretário - Geral do Partido, camarada Aristides Pereira, durante a sessão solene realizada na segunda-feira, em Bissau, comemorativa do XX aniversário do PAIGC.

Falando durante uma hora e meia, perante a direcção do Partido, membros dos governos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, delegações estrangeiras de todo o mundo, representantes do corpo diplomático e convidados, o Secretário-Geral analisou pormenorizadamente duas décadas da vida do Partido.

Na nossa edição de hoje, publicamos na íntegra a intervenção do camarada Aristides Pereira, que já foi editada, pelo Secretariado-Geral do Partido.

19 de Setembro de 1976

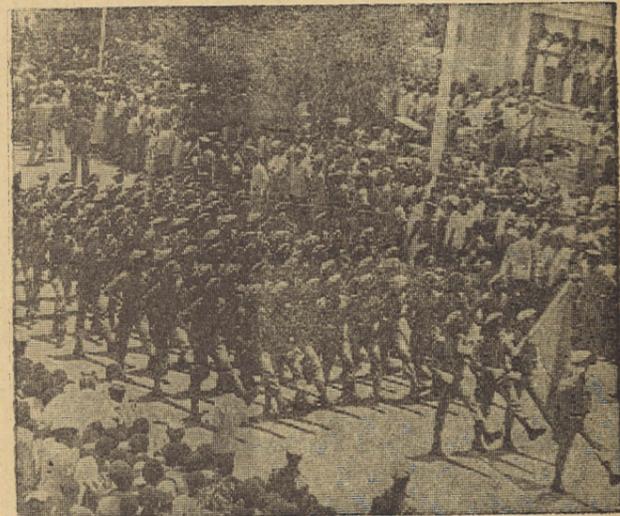
O XX Aniversario do Partido comemorado com grande brilho e participação do povo de Bissau

Milhares e milhares de pessoas assistiram no domingo na Avenida Amílcar Cabral, em Bissau, a um grande desfile de Trabalhadores e a uma parada militar, que marcaram o ponto alto das comemorações do XX aniversário da fundação do P. A. I. G. C.. Uma sessão solene, uma recepção oficial do Palácio da República, um espectáculo desportivo, uma exposição fotográfica, uma feira popular, teatro, danças e canções, assinalaram igualmente a histórica data. Convidados das regiões do país, de Cabo Verde e representantes de partidos, organizações e comités de solidariedade de todo o mundo estiveram em Bissau participando nas comemorações, às quais assistiu como convidado de honra o Presidente Julius Nyerere, da Tanzânia, sempre acompanhado nos dois dias em que permaneceu na capital do país, pelos Presidentes Aristides Pereira e Luiz Cabral.

No domingo, entre o desfile de trabalhadores e a parada das FARP, que incluiu além de infantaria, a passagem de armas pesadas, blindados, tanques e aviação, foram condecorados com a Medalha Amílcar Cabral, a mais alta distinção do Partido, os camaradas Aristides Pereira, Luiz Cabral, Francisco Mendes, Nino Vieira, Pedro Pires e Umarú Djaló, dirigentes do Partido, os

combatentes que atacaram o aeroporto de Bissalanca, em 1968, o Comando Abel Djassi e o primeiro grupo das FARP a combater em Angola, ao lado das FAPLA e do povo angolano.

Na sessão solene promovida no dia seguinte, depois do discurso do Secretário-Geral do Partido, representantes de partidos e de organizações amigas dirigiram mensagens ao PAIGC,



numa cerimónia que se transformou numa bela manifestação de solidariedade internacionalista para com a luta do nosso povo, dirigida pelo Partido de Cabral. No final da sessão, o Secretário-Geral do PAIGC condecorou o escritor britânico Basil Davidson, grande amigo do Partido, com a Medalha Amílcar Cabral de Solidariedade e Amizade.

24 DE SETEMBRO

O país comemora na sexta-feira o terceiro aniversário da proclamação da República da Guiné-Bissau, em 24 de Setembro de 1973. Em Bissau, o programa inclui uma apresentação de ginástica rítmica, às 16 h e 30 min., no Estádio Lino Correia. Às 18 h, no Cine Udib, haverá um espectáculo teatral, com o grupo da Região de Tombali. Às 21 h 30 min. de novo no Estádio Lino Correia, serão distribuídos os prémios dos Jogos Florais, correspondentes às apresentações teatrais. O encerramento dos festejos está previsto para a noite, ainda no recinto de jogos da capital, com um desfile folclórico e com um espectáculo de fogos de artifício.

Presidente Luiz Cabral ao "Nô Pintcha": o Partido visto de dentro DA FORMAÇÃO DO P.A.I.G.C. À PROCLAMAÇÃO DO ESTADO

«Acho que a coisa mais maravilhosa que houve nesta luta foram as relações que existiram sempre entre os principais dirigentes do Partido: a confiança, a camaradagem, a amizade», declarou ao «Nô Pintcha» o camarada Presidente Luiz Cabral, em entrevista especialmente concedida ao nosso jornal, por ocasião do vigésimo aniversário do P.A.I.G.C.

O testemunho que publicamos do camarada Luiz Cabral, através do qual pela primeira vez são trazidos à luz do dia alguns factos da história da nossa luta e da vida do glorioso PAIGC, revela-se da maior importância, para os militantes do Partido e para os jovens que, assim, poderão conhecer melhor as motivações que levaram à formação do Partido e os sacrifícios por que passaram os patriotas que, desde a primeira hora, se dedicaram inteiramente à libertação e à construção do progresso, nas nossas terras.

Companheiro de sempre do saudoso camarada Amílcar Cabral, o Presidente Luiz Cabral refere-se, de «dentro» do Partido, à história da luta do nosso povo, desde a criação do Par-

tido até à proclamação do nosso Estado, abordando de passagem as dificuldades do trabalho clandestino nos primeiros anos em Bissau, o oportunismo de certos grupos existentes na época,

o massacre de Pidjiguiti, a repressão sobre os patriotas nas cidades, os primeiros tempos da mobilização popular, os crimes dos colonialistas, Cassacá, o assassinato de Cabral, o Se-

gundo Congresso...

Em páginas interiores, transcrevemos a reprodução da gravação das palavras do camarada Presidente Luiz Cabral, em entrevista ao nosso jornal, por ocasião

do vigésimo aniversário do PAIGC.



"NÔ PINTCHA"

As últimas edições do nosso jornal, apesar do aumento da tiragem, têm-se esgotado rapidamente. «Nô Pintcha» aparecerá à venda no sábado, 25, como é habitual, retomando a sua publicação normal, na próxima semana.

Duas décadas de luta

História de marinheiros e da luta clandestina em Bissau

O capitão Ocante convocou os marinheiros. Deviam estar à meia-noite na sua casa. Chegariam escondidos, um a um, como sempre, para não causar suspeitas. Conversariam um pouco, discutiríamos os planos. Depois, começaria a grande tarefa. Nessa noite e nas seguintes, quando todos os vizinhos dormissem, iria haver muito trabalho no quintal da casa do capitão, no Bairro do Reino.

Em silêncio, gestos cautelosos, os homens pegariam em pás e começariam a cavar um fosso fundo. Dois metros de profundidade por outros dois de largura. O buraco seria coberto por uma chapa de cimento, como um desses poços colectivos espalhados pelos bairros pobres de Bissau. Um túnel sem fundo cravado na terra, preso pelo cimento, formaria a abertura.

O poço teria apenas uma diferença dos outros: nele não entrariam baldes presos em cordas, entrariam homens. Também não estariam cheios de água. Dentro, haveria apenas um pequeno quadro de madeira onde seriam coladas as fotografias dos que chegassem até ali penetrando pelo túnel, pisando na terra húmida e escura. Em baixo das fotos seriam colocados os nomes que usariam, daquele momento em diante, nas acções clandestinas. Quando o quadro estivesse cheio, com os rostos de uns 30 marinheiros, seria levado para a séde do PAIGC em Conakry.

Os homens chegariam à noite, sempre à noite. Precauidos contra ouvidos que estivessem atentos atrás de paredes estranhas. Contra olhos que espreitassem em cumplicidade com a escuridão. Mas só os melhores, os mais decididos, desceriam até o fundo do poço e colocariam suas fotos no quadro. E para ter esse privilégio era preciso jurar lutar pela liberdade da Guiné-Bissau. Era necessá-

rio estar disposto a guerriar até ao fim contra os colonialistas portugueses. Para Conakry só iriam retratos de homens valentes.

Antes de mais nada, seria preciso comprometer-se em não trair. Os traidores ajustariam contas com o iran de Bandim. Marinheiro que entregasse companheiros às tropas iria parar no fundo do mar, no fundo das águas salgadas do Rio Geba. O iran não perdoaria. No momento preciso, no balanço do barco em onda forte, desequilibraria o corpo, deitaria o marinheiro na água. E ninguém poderia salvá-lo da morte certa, do afogamento. Vingança dos companheiros traídos, do iran de Bandim.

Os homens juraram. Estavam com o Partido, contra os colonialistas. Isso foi em Outubro de 1958. José Upadai Gomes, marinheiro de 18 anos, foi um dos primeiros a jurar. Mas não pôde satisfazer sua vontade e descer em seguida no poço. O buraco não foi aberto numa única noite, nem mesmo numa semana. Levou tempo. Nas condições

em que foi escavado deu trabalho para quase um mês. Havia sempre alguns marinheiros em viagem e os que estavam em Bissau não podiam reunir-se todas as noites. Seria perigoso. Trabalhavam em uma, em duas ou três noites. Uns cavavam, outros se encarregavam de fazer a terra removida desaparecer. Carregavam em baldes e espalhavam em terrenos desocupados, no meio das palhotas do bairro.

As reuniões do Partido continuavam entre as noites do trabalho no quintal de Ocante. Era o capitão quem dirigia tudo, quem organizava a luta entre os marinheiros. Encontravam-se aos domingos e feriados, 20 ou 30 homens, para discutir as resoluções do PAIGC, as ordens de Amílcar Cabral. Justificavam a ausência em suas casas dizendo aos amigos, às famílias, que iam recolher vinho de palma. O local da reunião era mais ou menos fixo, nas matas que cercavam o Bairro Bandim.

Upadai jurou mas não chegou a colar a foto no quadro. Não chegou nem mesmo a descer no poço já construído. Nos últimos dias, início de Novembro, pouco antes da tarefa ser concluída, seu barco partiu em viagem. E ele junto. Quando voltou, pisou o Cais do Pidjiguiti tentando imaginar como estaria o poço pronto no fundo do quintal. Retrato guardado no bolso da camisa, vontade de ir directo à casa de Ocante. Upadai não chegou a caminhar muito. Ainda

não havia saído do cais e já sabia do desastre.

Um informador dos portugueses, vizinho de Ocante, ficou curioso com o movimento na casa. Eram deles os olhos escondidos no escuro, os ouvidos atentos atrás de paredes. Observou a entrada e saída dos marinheiros durante algum tempo. Depois, foi a um quartel. Falou aos tucas de suas desconfianças. A repressão foi uma questão de horas.

Os soldados chegaram numa noite em que os marinheiros poderiam estar reunidos, mas não estavam. O primeiro quadro havia sido levado há pouco para Conakry. Armas na mão, invadiram a casa, o quintal. Revistaram tudo. Em minutos descobriram o poço, o segundo quadro quase completo. Ocante não estava, viajava para o sul. Maria Pepa, sua mulher foi presa. Ficou dois dias num quartel. Negou tudo. Não sabia de nada, não conhecia Ocante, não sabia de reuniões, apenas da visita de amigos. Morava sozinha em casa.

As prisões já haviam começado quando o capitão voltou. Polícias tucas passavam o dia parados dentro de um jipe no Alto Crim, com o quadro de fotos na mão. Exactamente no cruzamento mais movimentado da capital, por onde passavam quase todos os moradores dos Bairros, quando voltavam do centro para suas casas ou iam para o trabalho. Olhavam os guineenses no rosto, comparavam com as fotografias.

Quem fosse indenticado, ou mesmo se os polícias ficassem na dúvida ia preso. E o que os esperava eram dias e dias de tortura, morte para quem não falasse.

Muitos homens foram assassinados na prisão nessa época. Um número difícil de ser calculado. Talvez dez, talvez 20. Os soldados não admitiam as mortes. Limitavam-se a dizer que o prisioneiro tal havia escapado num descuido da guarda. E o prisioneiro nunca mais aparecia. Nem vivo, nem morto.

Ocante foi detido logo que desembarcou. Na polícia, confirmou o depoimento de Maria. Foi fácil, as casas não tinham número, as ruas não tinham nome, não havia nenhum controle sobre a residência de guineenses. Eles moravam onde fosse possível erguer uma palhota. Às vezes aqui, às vezes ali. O capitão disse que nunca havia estado na casa do Reino. Não sabia quem era Maria. Os vizinhos confirmaram o que afirmou. Ninguém o conhecia. Jamais o haviam visto. Não adiantou os polícias ameaçar em dizer que prenderiam todos. Também não resolveu nada o testemunho do informador, já um pouco amedrontado. O capitão Ocante foi solto.

Outros tiveram menos sorte. António Lapa, marinheiro identificado quando passava pelo Alto Crim foi preso e apanhou muito. Muito mesmo. Foi pontapeado, espancado de todas as formas. Ganhou marcas profundas no corpo inteiro. Assim mesmo, o corpo resistiu, a cabeça não. António Lapa enlouqueceu. Hoje, com 36 anos, anda pelas ruas de Bissau, olhar perdido num ponto qualquer. Não conversa, não diz nada sério. Simplesmente anda pelas ruas. Como se não andasse. Olha desinteressado quando alguém lhe oferece moedas. Ri e joga tudo fora. Às vezes começa a tirar a roupa sem nenhum motivo aparente. E caminha despedido pelo meio das ruas. Distante, talvez pensando confusamente em celas escuras, em punhos, botas de soldados.

Bernardo, outro dos presos, foi acusado de ser o construtor do poço. Teve a má sorte de aparecer na casa de Ocante na manhã seguinte à chegada dos soldados. Os portugueses queriam um responsável por tudo aquilo. Ele ficou três

anos na cadeia. Quando foi solto estava todo machucado, inutilizado para o trabalho. Voltou como um velho para Pecixe, onde estava a família. Ficou lá, sentado entre os filhos na frente da palhota, sem fazer nada. Envelheceu 30 anos nesses três.

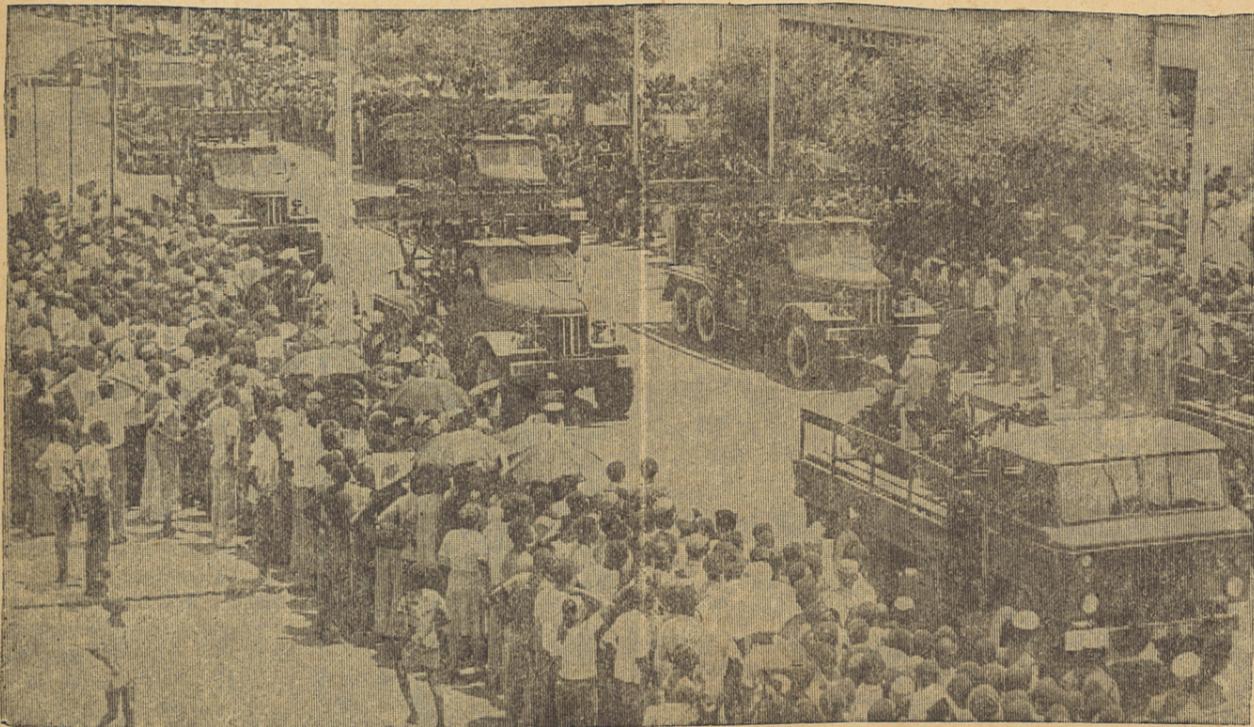
Depois disso tudo, aumentou a clandestinidade dos que ficaram na luta. Continuaram a fazer reuniões do Partido mas tinham mais preocupação com as medidas de segurança. Ocante, do núcleo central do PAIGC em Bissau, fazia reuniões com os outros líderes. Depois com os marinheiros. Upadai era encarregado de transmitir as informações sobre o horário e local dos encontros. Logo a seguir, em Agosto de 1959, veio a greve dos marinheiros, o Massacre do Pidjiguiti. E as técnicas de clandestinidade foram mais aperfeiçoadas ainda.

Prenderam Upadai no dia do massacre. Quando o soltaram, meses depois, deram um conselho bem claro: que tivesse juízo, não escutasse os que falavam em independência, acabaria morto por essas asneiras. Mas ele continuou na luta, com muito mais gente. Agora, com uma nova função. Levou clandestinos nas viagens para o Sul, homens que queriam engajar na luta armada.

Era um trabalho difícil, arriscado. Muitos estavam envolvidos nisso. Todos os barcos que saíssem de Bissau à noite eram revista dos pelos soldados. Então, só era possível transportar militantes durante o dia. Isso, quando o barco não estivesse carregado com tropas deslocadas para a zona de luta. Upadai conseguiu recrutar dezenas de homens. Nos primeiros tempos levava-os bem para o Sul, de onde as forças colonialistas ainda estavam longe. Mais tarde, para o outro lado do Geba, onde já havia guerrilheiros. Esse era o principal trabalho do Partido em Bissau na época: mobilizar combatentes.

Numa dessas viagens para o Sul, em 1966, quando não transportava clandestinos, apenas tropas portuguesas, Upadai arriscou-se demais. Cansado, os soldados estenderam os cobertores e deitaram-se no convés do barco. Dormiram. Ao lado de um deles havia uma bazuca. Upadai pen-

(Continua na página 3)





HISTÓRIA DE MARINHEIROS

(Continuação da pág. 2)

sou, pensou. E resolveu agir. Afinal, essa era uma das armas que os tugas iriam usar contra os guerrilheiros.

O marinheiro movimentou-se como um leopardo pela coberta da embarcação. Estava determinado a inutilizar a bazuca. Chegou perto, ninguém olhava. Os soldados dormiam. Abaixou-se e agiu rapidamente. Dois olhos o seguiam, ele não percebeu. Em segundos arrancou uma peça da alça de mira da arma. Os olhos continuavam fixos nele. Upadai levantou-se e jogou a peça na água. Pronto. E ouviu uma voz áspera às suas costas, saindo da ponta dobrada de um cobertor militar:

Negro, o que fizeste?
Nada — respondeu firme Upadai.
Nada?
Nada. Agarrei isso aí e aquilo caiu na água.
É mentira — gritou o soldado, acordando vários companheiros —
Eu vi o que fizeste.
Chamem a patrulha.

A lancha que sempre seguia a embarcação aproximou-se ligeiro. O marinheiro foi preso, levado para o porão apertado da outra embarcação. A tropa seguiu para Farim, onde Upadai ficou quatro dias numa prisão da PIDE. Nesses quatro dias, tempo que os tugas levaram para cumprir a missão para a qual tinham sido destinados, o marinheiro sofreu. À noite, quando voltavam das operações militares, os soldados invadiam sua cela. E batiam à vontade. Todos juntos. Bater em Upadai virou norma enquanto estiveram em Farim.

O marinheiro voltou preso para Bissau acompanhado pelos mesmos soldados. Sufocado no porão da mesma lancha de patrulha. Ficou na Pide de Fevereiro de 1966 até Maio de 1968. Mas não descobriram que

mobilizava combatentes. A acusação era apenas sabotagem. Ao ser solto entrou em contacto com os companheiros. O Partido continuava o trabalho de mobilização. As coisas já eram mais difíceis na cidade nessa época, mas não impossível. Ainda faziam reuniões em Bandim e recebiam homens dispostos a entrar na guerrilha.

O PAIGC vencía em todas as frentes na luta das matas. A Pide reprimia cada vez mais na capital. Multiplicava seus tentáculos, seus grupos de informadores. Muitos guineenses de Bissau haviam passado para o lado dos tugas. Nos últimos anos da década de 60 a Pide tinha agentes, a maioria africanos, infiltrados em todos os locais de trabalho que reuniam mais de dez pessoas. Tudo o que falassem seria escutado, anotado, transmitidos ao comando da repressão.

Os militantes tornam-se mais desconfiados, a segurança do trabalho exigia. Não diziam uma única palavra na frente de estranhos. Ocante já havia morrido há bastante tempo, em Conakry. Upadai e o capitão Nola, um valente do Cais de Pidjiguiti, ficaram encarregados de organizar as reuniões de dirigir a mobilização entre os marinheiros.

A luta continua. E eles mobilizando, sabotando sempre que possível. Os marinheiros tinham agora outra missão importante: além de levar clandestinos, sabotavam o transporte de tropas tugas. Sempre que soldados eram deslocados para o Sul, para reforçar algum ataque, levavam os barcos pelos piores caminhos. Por onde a maré estava baixa e impedia a passagem. Quando não estava baixa, diziam que estava. E que era impossível seguir directo. Era necessário esperar. E os tugas atrasavam-se.

Relato de um camponês

Os anos de guerra, em Morés

O homem grande aparece na porta da sua palhota, na tabanca de Morés. Senta-se num banco de madeira, túnica verde até ao chão, o corpo cheio de amuletos. Gri-gris no pescoço, no antebraço com 80 anos não se cansou de cultivar as bolanhas, nem esquece o bombardeio dos tugas onde morreram os seus quatro filhos. É mais um camponês que foi mobilizado pelo Partido no início da luta e ainda hoje só fala mandinga.

«Quando as pessoas apareceram eu já era velho. Conheci os camaradas através do padre aqui da mesquita, numa manhã de 1961. Devia ser esse ano, não estou certo. Lembro-me que foram à mesquita porque era o lugar onde os moradores se juntavam e era fácil encontrar muita gente. Chegavam, falavam em voz baixa porque era segredo. Não podiam falar alto, ninguém devia ouvir. Mais tarde, depois de conversarem com todos os homens grandes, falavam então com as mulheres grandes e, se todos estivessem de acordo, convocavam uma reunião.

Eles vinham sem fardas, para não levantar suspeitas. Passavam despercebidos. Aliás, nesse tempo nem havia fardas. Usavam uma roupa normal, apareciam vestidos como a população. Era preciso tomar muito cuidado porque as coisas ainda não estavam espalhadas. Eu estava rezando quando um camarada se aproximou. Ajoelhado, também rezava. Quando estava bem próximo, ele disse no meu ouvido o que queria fazer para a liberdade da nossa terra. Conversámos. Mas ele não me deu nem um pedaço de cola. Não tinha, eu sabia que não podia oferecer o que não tinha. Agradei, achei melhor que não fizesse promessas. E ele não me prometeu nada.

Foi nessa época que eu concordei em trabalhar para ajudar quem lutava contra os tugas. Isso aconteceu logo no início, quando aquela conversa entrou na Guiné e não eram todas as pessoas que sabiam dela. Eram coisas que não se falavam por caso, apenas alguns sabiam. Vieram falar comigo porque o aladje indicou. Então, o camarada entrou na mesquita. Disse para lutarmos pelo nosso chão.

Eu disse que estava de acordo porque sabia que isso seria um bem para a nossa terra. Achei que amanhã íamos agradecer os me-

ninos que lutavam, sentir a mudança. Já não aguentava as canseiras que passava com os tugas e aceitei ajudar o Partido. Queria libertar o nosso chão para que ficássemos descansados como os tugas agora também estão descansados na terra deles.

Agora é muito difícil lembrar tudo aquilo que passámos com os portugueses. Naquele tempo nós não tínhamos nada. Não podíamos ter nada, porque os portugueses tiravam tudo. Até as vacas. Então achei que era melhor lutar. Muitas pessoas pensaram assim, por causa da palmatória, do chicote, dos castigos dos tugas. Resolvemos lutar para expulsar os tugas, para eles irem reinar no seu chão e deixarem-nos em paz com a nossa liberdade.

O camarada do Partido tomou nota do meu nome, sabia que eu iria ajudar. Fez bem em confiar. Passei muitos anos ajudando os guerrilheiros, tentando arranjar comida para os homens que estavam no mato. Eu já tinha idade avançada e por isso não pude ajudar como militar. Se fosse mais novo teria ido para a guerra, como faziam os rapazes. Na Guiné em peso não havia uma única arma e ninguém ousava andar com uma faca sequer. Eu não tinha medo. Punha a cabaça com comida dentro de um balaio e fingia que ia buscar coconote ou qualquer outra coisa. Entrava no mato e ia levar a comida para os camaradas.

Fiz a mesma coisa durante anos e anos, sem me cansar. Havia onze barracas de guerrilheiros perto de Morés e eu andava em todas. Não me arriscava, sempre andei devagar. Era preciso ir com cuidado porque em cima havia os aviões e em baixo o canhão. Era assim. Andava alguns metros e parava um bocadinho para escutar o barulho dos aviões ou dos canhões. Parava várias vezes até completar todas aquelas barracas para saber o que se passava. Só nessa hora podia conversar com os camaradas, saber melhor como estava a luta e informar como corria o nosso trabalho aqui em Morés. Não podíamos ficar juntos com os camaradas armados, porque se acontecesse algum problema a população corria perigo. Não estava armada não poderia defender-se. Por isso, eles montaram as barracas longe das pessoas, para ninguém ser atingido pelos tugas.

Quando já havia muita gente mobilizada, chamámos todos os homens grandes e fizemos uma reunião. Falámos muito, dissemos que era preciso todos estarem de acordo com o Partido. Dois anos depois, o PAIGC começou a organizar reforços para ir para a fronteira com o Senegal. Muitos de nós fomos para lá, eu também. Voltámos depois de um certo tempo e então começou a luta armada. Os tugas tentaram sempre entrar em Morés, mas não conseguiram. A primeira vez que vieram para cá foram esconder-se numa morança durante quatro dias. Os camaradas ficaram sabendo e prepararam uma emboscada. Só no quinto dia conseguiram sair.

Os camaradas do Partido deixaram só uma saída, mas depois eles espalharam-se. Uns foram para o lado de Mansabá, outros para Bissorá, Olossato. Assim começou a guerra em Morés. Os tugas queriam entrar de qualquer forma, mas não conseguiam. Sabíamos que o Partido tinha poucas armas para lutar contra os tugas. O inimigo era mais forte, tinha aviões, muitas coisas que nós nunca tivémos. Por isso empenhámos as nossas cabeças para lutar, se o Partido perdesse era quase certo que iríamos morrer. Apesar de tudo, aceitámos. Seria melhor tentar ganhar, mesmo com risco de vida. Não podíamos ficar mais tempo com os tugas, eles cansavam as pessoas.

Nesses anos, quando o Partido queria dizer alguma coisa para os moradores da tabanca, mandava um mensageiro. Ai eu chamava toda a população e dizia as novidades, contava o que o mensageiro tinha dito. Eles vinham sem roupas militares, vestidos normalmente. Algumas vezes, nós também queríamos informar o Partido de alguma coisa. Então escolhíamos alguém de confiança para fazer esse trabalho. Não era difícil. Em Morés todas as pessoas estavam com o Partido, tanto mulheres como homens e crianças. Para mandar recados não tínhamos a preocupação de fixar apenas um mensageiro. Chamávamos quem passava na hora. Podia ser um rapaz, um homem, qualquer pessoa. Era sempre capaz de transmitir um recado nas barracas. Tínhamos confiança uns nos outros. A população estava com o Partido porque tinha a certeza que ele estava a lutar para ganhar o nosso chão.

Algum tempo depois,

muita gente já conhecia essa conversa de luta. Só que ninguém comentava nada quando aparecia o chefe de posto de Mansabá. De vez em quando algum português aparecia, perguntava se sabíamos alguma coisa. Todos negavam. E não havia controle directo porque os tugas só apareciam raramente, para cobrar impostos.

O meu trabalho foi sempre igual, levar comida, organizar a população. Nas conversas com os guerrilheiros conseguia mais informações. Às vezes conversávamos sobre a luta e chegavam informação sobre a forma como estava a evoluir a guerra em outras frentes. Mas se eu disser que sabia como a luta andava em outras frentes, seria contar mentira. Não sabia muito. Também não mudaria minhas ocupações, estava certo que o Partido ganhava.

Isso era certo. Com o tempo percebi que os tugas nunca iam conseguir entrar em Morés. Lembro-me de um dos ataques, quando tentaram ocupar a nossa aldeia. Vinham de Olossato. Chegaram e não encontraram ninguém, as pessoas tinham-nos visto e foram avisar o pessoal que estava nas barracas. Primeiro, os camaradas não acreditaram. Achavam quase impossível, havia muito tempo que os tugas não atacavam. Mas depois vieram pela estrada de Mansabá. As tropas dos tugas esconderam-se na mata de cajueiros mas não adiantou. Os guerrilheiros fizeram emboscadas na antiga estrada e alguns ficaram mesmo com bazuca apontada atrás dos soldados tugas.

O fogo começou no fim da tarde, pelas 18h. O combate foi longo, prolongou-se até às 20h. Nesse dia morreram muitos tugas. Os guerrilheiros do Partido ficaram todos vivos. Apanharam os tugas de repente e eles não podiam mesmo fugir. Foi uma sorte. Durante esse ataque, os portugueses pediram reforço a Bissau e apareceram vários aviões para bombardear Morés. Os meus quatro filhos morreram durante os bombardeios. E quando recordo essas mortes, que perdi os meus únicos quatro filhos, isso cansa-me um pouco.

É uma fase que não gosto de lembrar. Fiquei diferente, mudei os meus hábitos de trabalho. Continuei a ajudar o Partido, com mais cuidado, usando outros métodos.

Presidente Luiz Cabral ao "Nô Pintcha": DA FORMAÇÃO DO PARTIDO

«Em 1955, Amílcar Cabral é obrigado a deixar a Guiné, por imposição do governador colonial desse período, o capitão de fragata Melo e Alvim. Era, contudo, autorizado a regressar cá, todos os anos. Foi trabalhar para Angola.

Veio a Bissau no ano seguinte e nós decidimos convocar uma reunião de todas as pessoas que se diziam nacionalistas, para uma conversa. Depois desse encontro, que reuniu aproximadamente 20 ou 30 pessoas, Amílcar disse-nos que escolhessemos os melhores elementos, para a criação

«Partido Africano da Independência e União dos Povos da Guiné e Cabo Verde».

Depois dessa reunião, o Elisée Turpin foi-se embora e o Amílcar deu ideias gerais de como poderíamos organizar as células do Partido, que seriam muito fechadas, para fazer face aos perigos da luta clandestina, aos perigos da PIDE...

Combinámos que toda a correspondência seria feita por mim, da seguinte maneira: de um lado, escrevia uma carta de avião, normal, e do outro, uma carta com essa tinta simpática

em África, ouviam os noticiários, sobre a independência da República da Guiné ou sobre outros assuntos. Tratava-se de juntar gente que pudesse contribuir em núcleo para qualquer coisa mais importante que se viesse a fazer mais tarde.

Enquanto viveu cá, Amílcar sempre esteve ligado a organizações desportivas. Já em 1954, tentara fundar a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural, redigindo ele mesmo os estatutos. Depois, em 57-58, organizámos um grupo sindical. Ainda hoje se pode consultar toda a documentação sobre isso. Eu, o Abílio Duarte, o Elisée também, o João Rosa. Conseguimos, de facto, bastantes coisas aqui, dentro do contexto da época; por exemplo, obrigar os patrões a pagar horas extraordinárias, obrigá-los a respeitar os horários de trabalho, pagar indemnizações. Mas isso era ilegal, do ponto de vista das leis em vigor, na altura. Porque nos sindicatos havia os sócios e os aderentes: todos pagavam quotas, mas só os considerados sócios podiam votar e ser eleitos. Ora, nós fomos eleitos pelos aderentes, que eram em muito maior número! Invadimos os sindicatos com toda a massa aderente e fizemo-nos eleger. Levou meses para que o governo aprovasse as leis. Ao fim, «apesar das irregularidades» encontradas, o governo lá despachou, sancionando a nomeação dos indivíduos eleitos, «como prova de confiança do governo da província»...

A PIDE ficou, desde então, também com os olhos sobre nós. Só depois da vinda de Amílcar, em 59, é que ele achou que não valia a pena arriscar a sermos neutralizados por essa acção, que nunca iria provocar grandes mudanças, mas que nos podia «queimar» como elementos da luta clandestina do Partido. Não devíamos expôr.

Começou, então, a criar-se um determinado ambiente; apareceu o Carlos Correia, depois o Victor Saúde Maria e outros camaradas da «Gouveia», constituíram-se grupos, mas num meio tão pequeno como Bissau, o governo colonial também começou a sentir que havia qualquer coisa em gestação.

Como para o Partido, o círculo era muito fechado, nós não nos aventurávamos a grandes conversas com as pessoas. Eram raros os

que acreditavam na hipótese de se fazer a luta. A PIDE começou a sentir que havia qualquer coisa e nós também vimos que havia aqui outro núcleo que não estava ligado ao Partido.

Então, nessa altura pusemo-nos em campo e conseguimos descobrir que havia um pequeno grupo que enviava mensagens para Conakry, para a rádio. Isso, já depois de 58. Depois de estabelecermos contacto com eles, disseram que se integravam totalmente e que se submetiam à direcção do Partido. Quando contactámos com eles, tiveram uma posição extremamente aberta. Informámos Amílcar e preparámos um encontro dele com essa gente, no meu carro. Ele e o chefe do tal grupo. Eu fiquei de sentinela diante da Administração Civil, actual Comissariado de Justiça, e o Aristides em frente da igreja. O Amílcar desceu do carro naquela rua ao lado da igreja, como tínhamos combinado. Depois de fazer sinais com as luzes do carro, o chefe do tal grupo saiu de um prédio em construção, entrou no automóvel e foram conversar. Falaram muito nesse dia, mas depois da conversa Amílcar decidiu que eles mantivessem o seu grupo e que nós, do Partido, fariamos uma frente comum de acção.

Depois, Amílcar saiu de Bissau com a missão de ir a Dakar contactar com gente que estivesse também interessada na formação dum «movimento de libertação».

PIDJIGUITI

«Depois da independência de República da Guiné, e das emissões que grupos de emigrados da nossa terra faziam na rádio guineense, tudo isso, levou a que se criasse cá um ambiente pesado. Estou convencido que esse ambiente é que provocou o massacre de Pidjiguiti. Os portugueses não viram aí uma greve normal, como aquelas que tinham aparecido antes, na Imprensa de Bolama ou mesmo aqui no porto, mas viram já uma acção política organizada, no quadro do movimento que eles sabiam estar a nascer.

Não houve uma ligação directa Partido - Pidjiguiti, mas a gente que estava em contacto com os marinheiros era gente muito ligada à «Gouveia», portanto, a mim, ao Carlos Correia, ao Victor Maria. A nossa

influência sobre essa gente levou-a a ver todas as injustiças. Quer dizer, houve um apoio de pessoas já com ideias mais claras sobre as lutas em processo para a libertação, que levaram os marinheiros a organizar-se e a fazer a greve.

Nessa tarde de 3 de Agosto de 1959, nós estávamos todos na «Gouveia». À saída, estávamos juntos, eu, o Carlos e outros camaradas. O Carlos foi preso dentro da «Gouveia», ainda na altura em que havia tiros por todos os lados. Houve um polícia europeu que o empurrou e como ele tivesse reagido, foi preso.

Nós fizemos sair, nesse dia, a notícia do massacre para uma série de rádios estrangeiras. O Fortes era o chefe da estação postal, o Aristides da estação telegráfica. De maneira que tínhamos a possibilidade de fazer os relatórios, metê-los nos sacos dos Correios e mandá-los no avião para Lisboa, que naquela altura fazia escala em Dakar. Assim, enviámos a notícia para Brazzaville, para a BBC de Londres, para o Senegal, para uma série de países.

Na altura em que o Carlos foi preso, foi uma coisa medonha. Presenciámos toda aquela matança dentro do porto e depois fomos para uma casa ali ao pé, onde ainda presenciei matarem gente na água, pessoas que se atiravam à água quando viram que já não havia saída possível... toda aquela tropa e civis armados! As pessoas atiravam-se à água e então os militares e os polícias iam ali para o cais de Pidjiguiti e alvejavam as pessoas dentro da água. Elas tentavam ganhar um barco, o tal barco que depois saiu para o largo com marinheiros. É que houve um capitão que nadou até ao barco, pôs o motor a trabalhar para os marinheiros fugirem, quando viu que a situação era muito má. Nessa altura, uns ficaram na água e outros conseguiram atingir a embarcação, um desses barcos do porto, a nado.

Quando o Carlos Correia foi preso, no dia seguinte, intervi junto do gerente da Gouveia, dizendo que ele não tinha feito nada, absolutamente nada, que tinha sido um acto de injustiça. Disse-lhe que ele interviesse, para que fosse posto em liberdade. E, de facto, soltaram-no no dia seguinte. Mas, depois, o director da PIDE, daqui, telefonou ao director-ge-

ral da PIDE, em Lisboa, informando-lhe das coisas que se tinham passado em Bissau. O Aristides é que estava no contróle das conversas telefónicas entre Bissau e Lisboa. Quando um indivíduo importante falava daqui para Lisboa, ele é que ia sempre controlar... Então, o director da PIDE em Lisboa insistiu, perguntando se não haveria um africano daqui, da Guiné, que se tivesse salientado na altura da greve, uma pessoa com habilitações, mais evoluído (o tal africano evoluído de que falou o Kaúlza de Arriaga, e que era preciso fabricar no menor número possível!). O homem nem se lembrava já do Carlos, mas o director lá de Lisboa insistiu de tal maneira que o outro disse «sim, há um indivíduo que trabalha na Gouveia, mas foi posto em liberdade». Imediatamente de Lisboa responderam-lhe que prendessem de novo o Carlos e o enviassem para Portugal, para lá ser interrogado.

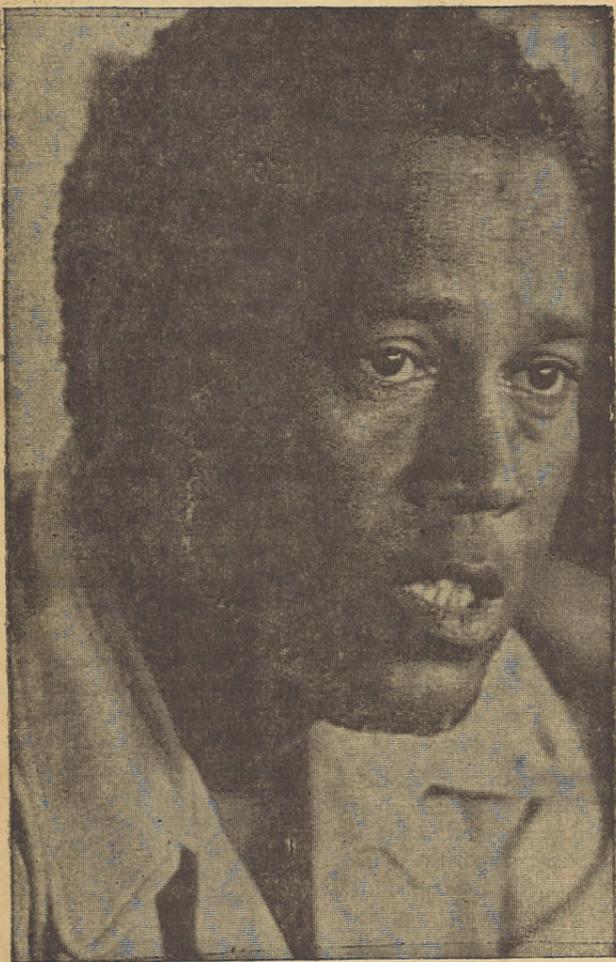
É claro que o Aristides mandou logo a gente do Partido avisar o Carlos. Durante a noite, o Carlos saiu à minha procura, contactou-me e eu disse-lhe que se escondesse, enquanto organizávamos, nessa noite, a saída dele. Foi o Elisée Turpin que o levou de carro até à fronteira, onde ele tinha uma mota, na qual seguiu para o Senegal. Combinámos com o irmão dele, o Pio, que fosse avisar à «Gouveia» que o Carlos estava doente. Isto às sete e meia: às oito, a PIDE foi lá, mas o Carlos já estava na fronteira...»

DO CAMPO PARA A CIDADE

«A partir deste momento, já as coisas foram muito complicadas. Havia um núcleo de jovens bastante esclarecidos, no Banco, que sem estarem integrados no Partido, eram simpatizantes do movimento de libertação para a independência. Por isso foi possível, por exemplo, salvar um indivíduo ferido no Pidjiguiti, que seria de certo preso pelos portugueses, pois não podia andar. Teve a possibilidade de se esconder no Banco, no quarto duns camaradas, onde foi tratado, e depois, à noite, foi levado para sua casa, num dos bairros de Bissau.

Depois do massacre de Pidjiguiti comunicámos o que se passara ao Amílcar,

(Continua na página 5)



do Partido.

Nessa altura, depois de discutirmos com o Amílcar as características da gente que conhecíamos, chegámos à conclusão que devíamos escolher o Aristides, o Fortes e o Elisée Turpin, que era um indivíduo que tinha bastantes contactos com a África francófona e já bastante evoluído do ponto de vista intelectual. Trabalhava na «Nosoco» e depois passou para a «Gouveia».

Seria este o núcleo para formar o Partido. O Amílcar introduziu no nosso meio o Júlio Almeida, que trabalhava com ele na Granja e em quem ele depositava toda a confiança. Reunimo-nos em casa do Aristides e do Fortes e Amílcar falou-nos então da criação do Partido. O primeiro nome dado ao Partido foi o de

que não se conseguia ler, não se via, senão depois de levar um banho. Quando as minhas cartas traziam a data sublinhada, Amílcar, fora da Guiné sabia que do outro lado havia uma mensagem. Estes nossos contactos mantiveram-se sempre...».

1956-1959

«A principal actividade do Partido, entre 1956 e 1959, era arranjar grupos de militantes, nas praças. Nessa fase, havia gente em Farim, lembro-me que havia lá um tal Barros que tinha um grupozinho, havia o Paulo Lomba, havia gente em Bolama, pequenos grupos de três, quatro ou cinco pessoas. Eles colhiam informações, falavam das coisas, seguiam os acontecimentos que se passavam

o Partido visto de dentro À PROCLAMAÇÃO DO ESTADO

(Continuação da pág. 4)

que estava em Angola. Ele já tinha ouvido a notícia na rádio e veio imediatamente. Fizemos uma reunião para o balanço da situação e chegámos à conclusão que, de facto, não era possível fazer nada em Bissau, pois isso era expôrmo-nos a perder quadros e dar possibilidades aos colonialistas de exercerem a repressão sobre as pessoas daqui, que poderiam ser bastante úteis para a luta. Então, o Amílcar tomou essa decisão que a luta deveria ser feita do campo para a cidade.

Nós devíamos continuar aqui com o nosso grupo, alargá-lo o máximo, com gente segura, e prepararmos as coisas para a luta que seria organizada do campo para a cidade.

O Chico Mendes e o Mussá Fati, por exemplo, saíram nessa altura para Conakry, não podiam cá estar. Queriam ir-se embora. O Amílcar foi contra a saída deles, disse que eles não deviam sair, não queria que as pessoas chegassem a Conakry sem estruturas para as acolher. Mas o Chico e o Mussá estavam tão engajados nessa ida, que foram embora e, mais tarde, encontraram o Amílcar em Conakry.

Em 59, Amílcar seguiu para Lisboa e nós ficámos aqui, dando a nossa participação que foi alargando, tanto do lado do outro grupo, como do lado do Partido, que de facto estava em condições de dirigir as coisas todas, suportar as despesas, até porque tínhamos gente com uma vida mais desafogada.

A tensão era imensa. Houve até uma coisa interessante: O Aristides, a dada altura, disse que já não podia aguentar mais em Bissau, queria ir-se embora. Era preciso consultar o Amílcar. Então, eu escrevi-lhe daquela maneira de sempre, e ele respondeu que o Aristides devia ficar, não devia sair. Amílcar, nessa carta, falava do Partido como pai: «Tu sabes que o nosso pai tem essa terra, não podemos todos abandoná-la, porque é preciso cuidar dela. Acho que o nosso irmão deve ficar para tomar conta das coisas.

Entretanto, eu fiz reuniões com a gente de Dakar, estive no Senegal algumas vezes, efectuei ligações.

Nessa altura, os colonialistas souberam que «Cabral» estava metido nas

coisas daqui. «Cabral» e «Fortes». Mas eu tinha uma vida muito pacata, muito de chefe de família. O meu irmão Toi era o que passeava mais em Bissau e foram deitar-lhe a mão... Também o Fernando Fortes era um indivíduo com uma vida muito regular, por isso os colonialistas desconfiaram de um outro Fortes que trabalhava na «Gouveia» e deitaram a mão a esse Fortes... Nunca mais soube o que foi feito dele.

A situação foi-se tornando cada vez mais tensa, até que eles concentraram a sua atenção sobre mim, aqui. Eu, nessa altura, já tinha funções responsáveis, na «Gouveia».

O P.A.I.G.C.

«O administrador da CUF que estava em Bissau telefonou para Lisboa e disse que eu ia ser preso pela PIDE e que eles tinham conseguido que me deixassem fechar o ano comercial de 1959, antes de me apanharem, pelo que a empresa devia contratar em Lisboa um outro guarda-livros. O Aristides também estava no controle telefónico e ouviu a conversa. Por outro lado, uma anti-fascista portuguesa, Dona Sofia Pomba Guerra, através das relações que tinha com os portugueses aqui, nomeadamente elementos do exército, soube, por um capitão, que eu ia ser preso.

A minha saída foi preparada através da Sofia Guerra, por um português, de nome Fausto Teixeira, um madeireiro que ainda é vivo e, aliás, esteve cá há pouco tempo. Portanto, na altura em que todas as baterias da PIDE se concentravam sobre mim, esse indivíduo preparou a minha fuga. É que eu nem podia encontrar-me com os camaradas, nem com o Aristides! As nossas reuniões, rápidas, eram feitas diante da UDIB, à hora do cinema. Eu passava de carro, na avenida, com a minha mulher, a Lucette, e estava a mulher do Fortes, o Fortes e o Aristides à porta do cinema. A Irene acentava à Lucette, eu parava o carro, a Irene vinha falar à Lucette e o Aristides e o Fortes dirigiam-se rapidamente para mim e conversávamos rapidamente.

No dia em que eu devia sair, os camaradas do Partido reuniram-se e disseram que eu não devia sair, que tudo poderia ser uma manobra, que podia ser apanhado na fuga e que, então, não me safava. Com

tudo preparado, tive que desistir, nesse dia. Naquela noite, a PIDE foi a casa do meu irmão Toi, às quatro da manhã... Assim, no dia seguinte, os camaradas do Partido não viram outra saída: tinha falhado uma outra tentativa de sair por Farim e só havia a possibilidade de fugir com o Fausto Teixeira que, aliás, tinha toda a confiança da Sofia Guerra. A minha casa era vigiada pela PIDE e havia já polícias na ponte de Ensalma, ponte Mansoa, com instruções para controlar a passagem do meu carro. O Fausto Teixeira arranjou as coisas de forma a concentrar ali na ponte de Ensalma três carros dele. Enquanto faziam a busca num dos carros, eu pude passar para um dos outros, que me levou até à fronteira com o Senegal, para onde fugi.

Em Dakar, tive uma reunião com a gente que lá estava, e puseram-me na direcção do MLGC (Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde), fui membro do comité director. Depois, como eles queriam que o MLGC fosse a única entidade a representar a luta fora do país, eu tive que sair. Obrigaram-me a assinar uma declaração em que apoiava o MLGC e que defendia intransigentemente todas as coisas, mas com a reserva de que as coisas que eles decidissem não fossem contrárias aos princípios do Partido. Então, afastaram-me da direcção do MLGC...

Houve diversas batalhas de oportunismo daquela gente, de ignorância dos problemas do país. Trabalhei em Dakar 10 meses e éramos nós que suportávamos as despesas; o Partido não tinha dinheiro para mandar fazer uma sede. Nessa altura, começou então a sair a grande avalanche de jovens: Victor Saúde Maria, o Carlos Correia. Encontrei o Carlos em fins de 59 ou princípios de 60, desempregado, tinham corrido com ele lá da B. P., porque os dirigentes dessa companhia inglesa tinham sido informados que ele era um subversivo dos diabos, que tinha dirigido a greve do 3 de Agosto em Bissau... Eu disse ao Carlos e ao Luciano N'dao que fossem até Conakry, que depois o Amílcar iria lá ter. Meti-me com eles num carro e levei-os a Zinguichor.

Quando o Amílcar chegou a Conakry — foi uma coincidência curiosa, ele chegou a Conakry fazendo escala em Dakar no mesmo dia

em que eu cheguei à capital do Senegal — pôs-se logo em contacto comigo. Recebi uma carta, em que ele me dizia aquela coisa maravilhosa: *a primeira tarefa era formar homens*. Tínhamos pressa, mas era necessário ir com segurança: a primeira coisa tinha que se formar homens e ele ia criar um lar em Conakry, para a formação de

o chefe do outro grupo ia a Dakar para se encontrar connosco. Informei o Amílcar, que se encontrava na China. Ele mandou-me dizer que o chefe do tal grupo deveria ficar escondido em minha casa, até o seu regresso. Para eu mandar dizer ao Amílcar, para a China, que o nosso hóspede já tinha chegado, redigi o telegrama da seguinte ma-

de dentro, seleccioná-los entre os melhores elementos para formar os quadros, para dirigir a guerrilha: Domingos Ramos, Tchuchó, mais uns recrutados em Conakry. Foi imediatamente logo a seguir a 60. Em fins de Setembro desse ano, é que se deu a integração do tal grupo no Partido. Mas a gente de Dakar já queria rebentar com a organização



quadros necessários para a preparação da luta.

Em Dakar, moravam em minha casa muitos dos actuais dirigentes do País: Samba Lamine, Victor Saúde, muitos outros como Sanazinho e Dembazinho, que morreram na luta.

Eu trabalhava na Shell, em Dakar, e chegou o momento em que eu não podia já trabalhar para o Partido e para a companhia. Ligaram-me, na Shell, ao serviço de inspecção e tinha que me deslocar a Abidjan e a outras capitais africanas. Tive de mandar dizer ao Amílcar que não era possível continuar na Shell, com as exigências da luta.

Entretanto, recebi comunicação aqui de Bissau que

neira, para não indicar o nome: «Controle interior PAIGC encontra-se Dakar quer ver-te urgente». Puz «PAIGC» porque não queria escrever «PAI», para não haver confusão, em Dakar, com o PAI do Senegal. Quando o Amílcar regressou da China, disse: «Bom, então vamos passar a utilizar a sigla PAIGC». Foi a partir desse telegrama que o Partido começou a chamar-se PAIGC. No primeiro emblema que o Amílcar mandou fazer, pôs «PAI». No segundo, já foi PAIGC.

Foi nessa primeira grande reunião do Partido, em Dakar, que o Amílcar traçou as directrizes para o trabalho no interior. O chefe do outro grupo veio com a missão de mandar jovens

do Partido no interior, por que sabiam que aí estava a força. Então, utilizaram gente que estava ligada ao chefe do grupo de Bissau que tinha ligações com o FLING, e que denunciou o referido chefe. Este, quando deixou Dakar, não pôde já regressar a Bissau, ficou escondido em Bissorã, com os camaradas do Partido. Vinha a Bissau clandestinamente, onde dirigiu a acção do Partido, com outros camaradas que depois vieram de Conakry, como o Pedro Ramos, Tiago, Benjamin Correia, Mussá Fati, Daouda.

Depois da minha fuga, Aristides também saiu e foi a Paris. Quando estávamos

(Continua nas centrais)

ARISTIDES PEREIRA:

"NOVA FASE NA HISTÓRIA DO NOSSO PARTIDO"



Após sete dias de permanência em Bissau, Aristides Pereira regressou quarta-feira passada a Cabo Verde. O secretário-geral do PAIGC veio à capital para assistir às comemorações do XX aniversário do Partido e manter conversações com o Presidente Julius Nyerere, convidado de honra para

as festas. Na véspera da partida o chefe de Estado de Cabo Verde apresentou ainda uma análise de 20 anos da história do Partido. Às 9h, antes de embarcar, prestou mais algumas declarações:

— Tenho a dizer, neste momento que regresso a Cabo Verde, que fiquei

bastante contente pela forma como decorreram, aqui, todas as manifestações populares do XX aniversário do nosso Partido. Tanto o PAIGC como o Governo da República da Guiné-Bissau querem dar os parabéns pela maneira organizada e entusiástica com que todo o nosso povo soube parti-

cipar das actividades programadas. Isso é uma prova que demonstra o valor do nosso Partido, particularmente no que diz respeito à nossa fidelidade absoluta à memória do camarada Cabral.

Nós pensamos que este balanço de 20 anos de Partido, de vida e luta da nossa organização, foi uma paragem de reflexão que nos permitirá entrar numa nova fase na história do nosso Partido. Quanto às perspectivas do Terceiro Congresso, estou certo que estamos a caminhar no caminho correcto. Penso que conseguiremos realizar tudo aquilo que está previsto no programa do Partido, aquilo com que sempre sonhou Amílcar Cabral: O bem estar e a felicidade do nosso povo, tanto na Guiné como em Cabo Verde.

Particularmente quanto à unidade Guiné-Cabo Verde, ainda existe muita coisa para discutir. A luta que o PAIGC conduz é por um programa maior, que garanta a unidade entre os

dois povos. Devemos dizer que já estão em marcha alguns contactos para estudar não apenas as modalidades que permitirão chegar à unidade, mas também outras medidas práticas ao nível dos dois Estados. Haverá uma ligação a nível de cada departamento dos dois Estados, precisamente, para estabelecermos o plano que devemos seguir. Mas de qualquer forma esse problema deverá ser discutido mais profundamente no nosso congresso, fixado para Julho de 1977. Nessa altura, o Partido estará em condições de conhecer as linhas gerais a serem seguidas para atingirmos esse objectivo.

Já anunciamos a nossa declaração oficial no que se refere à seca no arquipélago de Cabo Verde: temos uma situação internacional favorável. A ajuda internacional vai permitir-nos não somente ultrapassar as dificuldades imediatas. Criará condições essenciais que possam libertar definitivamente o nosso país da carência das chuvas. Estamos convencidos que conseguiremos isso qualquer dia, não apenas pelos contactos que temos tido com algumas organizações internacionais. A própria experi-

ência vai ajudar-nos a evitar todos os problemas respeitantes à reabilitação da população e possibilitará criar estruturas indispensáveis para garantir a produção e, por fim, libertar o nosso povo dessa calamidade.

Antes de partir, Aristides Pereira ainda analisou alguns aspectos relacionados com a luta de libertação no continente africano. Falou da situação na África Austral, em especial na posição do PAIGC quanto à luta na Namíbia e na Zimbábue:

— Em todo o processo da nossa luta de libertação, nunca fomos contra as negociações. Pelo contrário. Esta posição aplica-se também nas relações externas, à situação enfrentada por outros povos irmãos. No entanto, neste caso concreto, estamos convencidos de que na África Austral não há outra solução aconselhável senão a luta armada. Esta é a única forma de resistência que pode levar aquele povo às negociações. Nós também, aqui na Guiné, através de uma luta armada longa, conseguimos finalmente levar o colonialismo português às negociações.

P. A. I. G. C.: 20 ANOS DE LUTA

1956 — 19 de Setembro — Criação do PAIGC em Bissau.

1959 — 3 de Agosto — Massacre de Pidjiguiti. Aparição repressivo colonial actua na cidade de Bissau: 50 marinheiros mortos, mais de 100 feridos. Após esses acontecimentos o PAIGC optou pela luta armada e intensificou a organização.

1960 — Junho — Publicação em Londres do texto de Cabral: «A verdade sobre as colónias africanas de Portugal».

1960 — 1 de Dezembro — Fundação do jornal «Libertação», órgão oficial do PAIGC.

1961 — 18 de Abril — Fundação da Confederação das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), em Casablanca.

1961 — 12 a 14 de Julho — O relatório geral da CONCP sobre a luta de libertação nacional é apresentado na Conferência das Organizações Nacionais da Guiné e das ilhas de Cabo Verde, realizada em Dakar.

1962 — 15 a 30 de Janeiro — Revisão dos estatutos e programa do PAIGC, aprovados durante uma conferência de quadros superiores.

1962 — Junho — Apresentação de um relatório sobre o colonialismo português ao Comité especial da ONU para os territórios administrados por Portugal.

1963 — 23 de Janeiro — Ataque à caserna de Tite por um comando do PAIGC. Início da luta armada no sul da Guiné.

1963 — 25 de Maio — Fundação da Organização da Unidade Africana. Participação activa dos dirigentes do PAIGC.

1963 — Julho — Abertura da Frente Norte.

1963 — 17 a 22 de Julho — Conferência de quadros. Análise aprofundada sobre as possibilidades de desenvolver a luta em Cabo Verde.

1964 — Janeiro-Março — Batalha de Como. Maior derrota do exército colonial na Guiné-Bissau. Seiscentos e cinquenta mortos entre as Forças Armadas Portuguesas.

1964 — 13 a 17 de Fevereiro — Primeiro congresso do PAIGC em Cassacá, uma região já libertada ao Sul do País.

1964 — Maio — Seminário organizado pelo Centro Frantz-Fanon, em Tréviglio, na Itália. Tema: «A luta das classes exploradas para a

sua emancipação nos países sub-desenvolvidos, dominados pelo imperialismo. Primeira análise profunda sobre a estrutura social da Guiné, num discurso de Amílcar Cabral.

1964 — Novembro — Constituição das primeiras unidades armadas regulares. Abertura da Frente Leste.

1964 — Dezembro — Edição do primeiro livro escolar para as novas escolas das zonas libertadas, sob administração do PAIGC.

1965 — Março — Inauguração de uma escola internacional em Conakry para os filhos dos combatentes.

1965 — Agosto — Visita da primeira delegação militar da Organização de Unidade Africana às regiões libertadas da Guiné.

1965 — Dezembro — Publicação das «Palavras de Ordem» elaboradas pelo secretário-geral, dirigidas aos combatentes.

1966 — 3 de Janeiro — Criação da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL) em Havana, na ilha de Cuba. Intervenção de Amílcar Cabral sobre «Os fundamentos e objectivos da libertação na-

cional em conformidade com a estrutura social».

1966 — 19 de Setembro — Promulgação da Lei de Justiça Militar. Primeira lei publicada pelo PAIGC.

1966 — 9 de Dezembro — Reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Nova fase da luta: continuação da guerra de guerrilhas com um exército móvel.

1967 — 16 de Julho — Inaugurada a estação da Rádio Libertação.

1967 — Outubro — Primeira remessa de armas às populações das vilas, na região de Kitafine (Frente Sul).

1968 — 15 de Fevereiro — Tomada do campo fortificado de Madina-Boé, concluindo a libertação da região do Boé.

1968 — 19 de Fevereiro — Ataque ao aeroporto de Bissau por um comando das Forças Armadas Populares.

1968 — Abril — Discurso de Amílcar Cabral na Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas.

(Continua na página 9)

Presidente Nyerere e delegações estrangeiras prestam homenagem a Amílcar Cabral

Na continuidade da sua visita no nosso país, o Presidente Julius Nyerere, acompanhado dos camaradas Aristides Pereira, Secretário-Geral do Partido e Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado, visitaram o mausoléu provisório de Cabral na Amúra. Depois de lhe ter sido apresentada a mãe do camarada Amílcar Cabral, o presidente Julius Nyerere colocou uma coroa de flores no mausoléu. As delegações da Hungria, da República Democrática Alemã, da Polónia e da Associação de caboverdianos e guineenses em Portugal também levaram flores. Depois todos os convidados presentes nos festejos do 20º aniversário do PAIGC passaram de cabeça inclinada em frente do mau-

soleu como uma homenagem ao camarada Amílcar Cabral.

Um pouco depois, Nyerere já estava no quartel da Marinha de Guerra, próximo ao Pidjiguiti. A comitiva havia deixado a Amúra para assistir à inauguração da exposição fotográfica: «Vinte anos de vida e de luta do PAIGC». O Presidente da Tanzânia acompanhado pelos chefes do Estado da Guiné-Bissau e Cabo Verde durante alguns minutos viu a exposição preparada pelo Comissariado de Informação e Turismo. Fotos a preto e branco ampliadas em várias medidas e slides coloridos projectados nas paredes apresentavam vários aspectos da luta popular de libertação.

MILHARES DE PESSOAS ASSISTIRAM AO DESFILE DE DOMINGO

A população concentrou-se na avenida, próximo da igreja de Bissau. Domingo, às 10 h., ia começar o desfile dos trabalhadores, das organizações de base, da juventude e «Mandjuandades». Algumas horas antes, as ruas se encheram de pessoas que se deslocaram para a Avenida Amílcar Cabral já estavam cheias. Os habitantes da capital e do interior concluíam os últimos preparativos para passar em frente da tribuna onde estavam os representantes do Governo, o secretário-geral Aristides Pereira, Luiz Cabral e o Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere.

Os carros alegóricos e os grupos de dança do interior desfilaram um a um. Diminuíam o passo ao chegar em frente ao palanque, instalado no meio da avenida, cobertura e cadeiras brancas, tapete vermelho. Faziam demonstrações olhando para a primeira fila, para o lugar reservado para os três Chefes de Estado. Ao lado dos presidentes sentaram outros responsáveis do Partido: o Comissário Principal, Francisco Mendes e o Comissário das Forças Armadas, João Bernardo Vieira (Nino).

Depois de uma hora e meia de desfile, José Araújo, secretário de organização do Partido, aproximou-se do microfone. Chegava o momento solene das condecorações aos militantes mais dedicados. O Conselho de Estado havia decidido oferecer medalhas aos dirigentes Aristides Pereira, Luiz Cabral, Chico Té, Nino Vieira, Pedro Pires e Umaru Djaló.

As medalhas foram entregues e a cerimônia continuou. Então, outros militantes foram homenageados: o primeiro grupo de combatentes que lutou em Angola, ao lado do MPLA, na segunda guerra de libertação; o grupo de defesa anti-aérea e o primeiro comandante do destacamento Abel Djassi, Manuel Santos (Manecas). No final, Nino Vieira falou em nome das FARP. E, para encerrar o desfile, os soldados das Forças Armadas Revolucionárias do Povo também marcharam. Eram 13h 30min. quando passaram os últimos carros blindados e camiões das FARP, depois de uma manhã inteira de comemorações.

As cerimônias iniciaram-se com a chegada dos dirigentes à tribuna de honra, instalada por

um grupo de operários que trabalhou durante toda a noite. Mas, desde muito cedo o movimento havia começado. Só depois de serem tocados os Hinos Nacionais da Tanzânia e da Guiné-Bissau, passaram os primeiros grupos.

A frente vinham as mulheres da Comissão Feminina do PAIGC. Saía comprida, blusa branca, cartazes com desenhos de Amílcar Cabral, Titi-na Silá, bandeiras e slogans como «a emancipação da mulher é o fruto do seu próprio trabalho e da sua dedicação ao Partido». Passaram as mandjuandades da capital, as costureiras voluntárias da Comissão Feminina do PAIGC. Roupas azul, verde, branca, vermelha, lenços de todas as cores, lisos e floridos. Em seguida, os comités de bairros com um cartaz: «A hora é de responsabilidade e luta». Os pioneiros e a JAAC também estavam presentes. Passaram em frente da tribuna entoando canções revolucionárias dedicadas a Amílcar Cabral e marcharam ao som da banda de música «Viva a solidariedade internacional» entre todas as organizações da Juventude.

Desfilaram, sucessivamente, os trabalhadores da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), do Comissariado Principal com o departamento de Geologia e Minas, do Comissariado de Estado da Administração Interna Função Pública e Trabalho e da Câmara Municipal de Bissau. Todos eles demonstrando nas roupas e carros alegóricos as suas actividades do dia-a-dia. Trabalhadores do Comissariado de Agricultura e Pecuária apresentaram com os seus tractores, uma hiena numa jaula e até um touro.

Outros cartazes continuaram aparecendo durante todo o desfile: «Continuando a obra do nosso saudoso líder Amílcar Cabral, construiremos a pátria que ele sempre sonhou». «O trabalho dignifica o homem engrandece a Nação». Passaram os trabalhadores do Comissariado de Transportes e Comunicações, os marinheiros, Representantes de todos os departamentos, empresas, organizações e escolas de Bissau. Os Armazéns do Povo apresentaram-se com dois camiões, mostrando os aspectos da evolução do co-

mércio na Guiné-Bissau: no primeiro, montado sobre uma carroceria, uma palhota que servia de armazém nas zonas libertadas em 1964. No segundo uma secção moderna do super-mercado. Por último, desfilarão os representantes de todas as regiões do País. Todos eles com grupos musicais típicos, danças e roupas características do verdadeiro folclore da Guiné-Bissau.

CONDECORAÇÕES

Antes da passagem das FARP, o camarada José Araújo leu, em nome do Partido e do Governo, a decisão do Conselho de Estado de condecorar, com a medalha Amílcar Cabral, os militantes que se distinguiram durante a luta de libertação contra os colonialistas. Foram condecorados os camaradas Aristides Pereira, Luiz Cabral, Francisco Mendes, João Bernardo Vieira, Pedro Pires e Umaru Djaló. Depois, todos os guerrilheiros que participaram no ataque ao Aeroporto de Bissalanca, em Fevereiro de 1968, os que mais se destacaram abatendo aviões inimigos e o primeiro comandante do grupo Abel Djassi, camarada Manuel dos Santos. Por último, os componentes do primeiro grupo de guineenses que foi para Angola, lutar ao lado do MPLA.

O camarada João Bernardo Vieira (Nino), Comissário de Estado das FARP, também falou antes do desfile militar. Históricamente a criação do Partido, sob a direcção de Amílcar Cabral nos anos difíceis de 1956. Falou ainda das festividades do 20.º aniversário e disse: «Estas comemorações não deixam de ser também uma manifestação da presença viva do mesmo espírito que nos animou. E que, agora, nos permite olhar para o futuro com a confiança necessária para continuar a aceitar vitoriosamente o pesado desafio que é a reconstrução do nosso país, a edificação duma sociedade mais justa e a luta constante pela criação dum homem cada vez melhor».

O Comissário das FARP contou resumidamente a história da luta. Falou do 3 de Agosto de 1959, Massacre de Pidjiguiti, da decisão do Partido de passar da luta política para a fase da luta armada. Explicou o trabalho de mobilização política para a guerra:

«Obedecendo as directivas do camarada Amílcar Cabral, os primeiros militantes espalharam-se pela nossa terra no trabalho de mobilização política para a luta armada. As palavras de ordem eram: percorram a nossa terra, expliquem ao nosso povo a razão da nossa existência e os objectivos do nosso Partido. Evitem recontros com inimigos, fujam deles e lembrem-se que nesta altura o nosso encontro é com o povo, não com o inimigo».

CRIAÇÃO DAS FARP

O camarada João Bernardo Vieira falou da criação dos primeiros combates, do desenvolvimento das Forças Armadas do Partido, e da decisão da criação das FARP. «As FARP souberam merecer a confiança que nelas depositou o fundador da nossa nacionalidade, que nelas viu o instrumento que, no quadro da nossa organização seria decisivo para a execução do programa menor traçado pelo Partido».

Falou das derrotas do

inimigo em várias frentes de combate, da morte de Amílcar Cabral em Janeiro de 73 e na tarefa das FARP neste momento, depois da libertação total, dizendo: «A sua vocação de servidores do nosso povo, fazem das FARP um instrumento versátil que dá ao nosso país uma contribuição notável nos mais diversos sectores desde a assistência à nossa população até a participação organizada na vida económica da nação. As múltiplas actividades para que as nossas FARP são chamadas a desempenhar não poderão, todavia, desviar dos ensinamentos do camarada Amílcar Cabral para a defesa das conquistas do nosso Partido e do nosso povo. As nossas Forças Armadas terão de aperfeiçoar cada vez mais os seus conhecimentos e melhorar cada dia mais a sua capacidade de defesa tendo sempre presente que, tanto na Guiné como em Cabo Verde, estamos decididos a criar uma sociedade cada vez mais justa. E, por isso, não faltarão inimigos que, ao

serviço do colonialismo, e do imperialismo tentam todas as manobras para impedir o nosso povo de viver em paz e construir o progresso».

Ao som da banda militar, começaram por passar os Bombeiros Voluntários de Bissau, com carros de incêndios e máquinas, uma companhia das Forças Armadas Locais, uma brigada de polícias de trânsito com especialização na Argélia, exibindo-se nas suas motorizadas e uma Companhia de Polícia da Segurança e Ordem Pública. Depois comandado pelo camarada Abdulai Bari, Comandante Militar da região de Bissau, iniciou-se o desfile das FARP. Os militares passaram ante a tribuna, entre duas alas compactas do povo de Bissau, mostrando toda a sua força, a sua organização de hoje. Passaram cinco companhias de Artilharia terrestre, uma companhia da Marinha de Guerra, Jipes e camiões das Comunicações, artilharia pesada com canhões, morteiros, lança-foguetes mísseis, foguetões, baterias anti-aéreas, brigada mecanizada, tanques anfíbios. No final, Migs e helicópteros da Força Aérea sobrevoadam a cidade.

Nyerere regressou à Tanzânia



Terminou na segunda-feira a visita oficial de três dias do Presidente da República da Tanzânia, Julius Nyerere, à Guiné-Bissau. O Chefe de Estado tanzaniano participou das comemorações do 20.º Aniversário do PAIGC como convidado de honra.

Nyerere saiu do Palácio de Bissau às 8h 30 min, logo depois de uma conferência de imprensa com jornalistas e representantes de órgãos de informação nacionais e estrangeiros. Seguiu ra-

pidamente para o Aeroporto de Bissalanca, acompanhado por Luiz Cabral, Aristides Pereira e sua comitiva.

O Presidente Tanzaniano queria viajar quanto antes para chegar a Dar-Es-Salaam a tempo para uma reunião marcada à noite com o Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger. No entanto, devido a uma avaria num dos reatores do avião da «East Africa», que o trouxe até Bissau, só pôde seguir às 9h 50min.

Ao trajecto para o aeroporto, centenas de pessoas acorreram à rua atraídas pelos batidos de motocicleta, para saudarem o dirigente da Tanzânia. Formava um alas ao longo de todo o percurso da comitiva e aplaudiam. Um contingente de três pelotões das FARP e uma banda de música que tocou os dois hinos nacionais, esperavam os Presidentes em Bissalanca, para as homenagens de despedida.

Presidente Luiz Cabral ao "Nô Pintcha": o Partido "A COISA MAIS MARAVILHOSA FORAM AS RELAÇÕES QUE SE ENTRE OS PRINCIPAIS DIRIGENTES

(Continuação da pág. 5)

reunidos em Dakar, recebemos uma mensagem a dizer que ele se encontrava em França. Nessa altura, mandámos uma passagem paga em terceira classe, de barco, e o Aristides veio ter connosco a Dakar; esteve lá uns dias e seguiu para Conakry.

PENSAMENTO COLECTIVO

«Eu e o Amílcar sempre tivemos relações muito chegadas. Éramos inseparáveis. Eu vivi toda a minha infância pensando nas férias do Amílcar, para estarmos juntos. O Amílcar para mim era novidade, o mensageiro da novidade. Era o indivíduo que trazia todas as coisas belas, que me fazia conhecer coisas novas, sempre e sempre. Havia uma grande amizade entre nós, para além de sermos irmãos. É claro, ele influenciou-me grandemente em tudo aquilo que depois eu iria fazer, durante a luta. Inicialmente, a ideia dele era não me meter nessas coisas, para poder tomar conta da família, mas, depois, quando eu entrei, ficou todo contente...

Acho que a coisa mais maravilhosa que houve nesta luta, foram as relações que existiram sempre entre os principais dirigentes do Partido, a confiança, a camaradagem, a amizade. Existiu sempre uma força grande e um encorajamento mútuo.

E Amílcar, era um amigo que sabe ser amigo, sabe ser camarada. Criou à volta dele esse ambiente que ajudou imenso o trabalho que foi possível fazer com aquele núcleo de gente que havia inicialmente em Conakry. Uma grande capacidade de trabalho, noites inteiras trabalhando, dormindo o mínimo, e discutindo tudo. Amílcar, às vezes, levava uma semana amadurecendo uma ideia. Discutia-a todos os dias e, ele mesmo dizia: quando escrevia já era trabalho de muitos. Essa foi sempre a opinião de Amílcar, sempre defendeu isso. O Amílcar insistiu sempre sobre isso, que o trabalho que ele fazia era o produto da opinião de todos, de um pensamento colectivo. Muitas vezes, passámos noites inteiras no quarto dele. De-

pois dele estar deitado, eu e o Aristides ficávamos sentados em cima da cama a discutir os problemas mais graves, mais sérios da luta. Ele deitava-se e mandava chamar-nos: «Vai lá chamar o Aristides e o Luiz».

AS ETAPAS DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Antes do início da luta armada, foi um período muito difícil. Com a experiência que tinham do desencadeamento da luta em Angola, os colonialistas portugueses estavam preparados para reagir com a maior violência à primeira manifestação de resistência aqui. Nós, nessa altura, não tínhamos armas, foram dias terríveis que levaram à morte de Vitorino Costa, de vários outros camaradas, de muita população no Sul, de camponeses.

Depois da luta clandestina em Bissau, depois da preparação dos primeiros quadros que deviam dar início à mobilização do povo, à preparação da luta no interior, vivemos entre 61 e 63 uma etapa difícil, porque tínhamos um povo que estava mobilizado, com entusiasmo bastante grande da parte da juventude, jovens que se juntaram aos nossos quadros no Norte, no Sul e Centro-Norte. Isso activou a repressão por parte das tropas portuguesas, que cometeram crimes abomináveis durante esse período. E os camaradas não tinham armas para responder à violência dos colonialistas. As poucas pistolas e armas brancas que possuíam, não davam senão para se defender em caso desesperado.

Então, a tarefa principal do Partido nos anos de 62-63, foi o de obter os meios necessários para defender os quadros, antes que pudéssemos desencadear a luta armada. Foi a época da introdução de armas clandestinas no país. Nós estávamos em Conakry, no Secretariado - Geral. Os oportunistas da Fling constituíram nos primeiros anos um obstáculo ao apoio concreto do go-

verno senegalês. Em Conakry, também existiam oportunistas, que criaram uma certa confusão, mesmo no seio do governo guineense. É claro que nós não nos podíamos limitar a essa luta, que era travada fora do país, para a qual aliás o Amílcar sempre deu a maior importância, para esclarecer as coisas junto dos países vizinhos, na medida em que sabia que a nossa luta iria depender muito, ou totalmente, do apoio que tivéssemos dos países vizinhos. Mas também tínhamos que pensar nos casos dos nossos quadros que estavam no interior, muitos dos quais morreram sem terem os meios necessários para se defenderem. Então, depois de muita discussão, decidimos introduzir armas clandestinamente no país.

Participei directamente nisso: embalagens chegadas do exterior, particularmente de Marrocos. Nessa altura, a sede da C.O.N.C.P. era em Rabat e tínhamos o apoio total do governo de Marrocos, do rei e do ministério dos assuntos africanos. Estive muitas vezes no ministério da defesa onde, com autorização do rei, enchi carros com armas e munições. Depois transportávamos tudo isso da CONCP, onde embalávamos tudo em caixas de leite e em móveis de vários tipos, para fazer chegar a Conakry, a fim de trazê-las para o país. E, embora não tivéssemos autorização do governo guineense, contávamos com a simpatia das autoridades, que facilitaram muito essa entrada de armas.

Em 1963, tivemos a possibilidade de introduzir armas com autorização das autoridades guineenses e foi possível desencadear a luta armada no Sul e no Centro-Norte do país, libertando algumas áreas.

Mas eu considero que é uma nova etapa da luta, uma etapa muito curta. Em 63-64, foi o primeiro contacto que nós tivemos com a guerra, quer dizer a tomada do poder, nas áreas libertadas, pelos combatentes: isto veio

dar lugar ao Congresso de Cassacá, porque muitos quadros cometeram erros graves, abusos contra as populações das áreas que controlavam, cometeram mesmo crimes contra as populações das áreas que controlavam, cometeram mesmo crimes contra as populações. O povo estava apavorado e a luta correu o risco de ser destruída, depois do primeiro contacto do combatente com a arma.

Quer dizer, primeiro, houve o **fundo cultural**. O aparecimento do sangue levou o homem a ter medo, a morte contínua levou, também, a nossa gente a procurar um motivo **sobrenatural** para justificar essas mortes. Todas as superstições vieram ao de cima, houve especulações sobre as doenças que surgiram nas bases.

As populações tinham dificuldade em lavar-se: não havia sabão e, também, as fontes de água eram controladas pelo inimigo. Muitas vezes só se podia ir à fonte à noite, ou, então, o povo conseguia levar a água para as bases, às escondidas do inimigo.

Começaram a aparecer as doenças de pele. Também isso foi ligado a coisas sobrenaturais, então iam procurar feiticeiros, que estariam eventualmente no meio das massas, no meio dos combatentes. De princípio isso provocou a morte de gente, mas depois serviu de motivo para que muitas pessoas se desfizessem de outras que lhes criavam certas dificuldades.

Havia, por exemplo, gente que queria apoderar-se de bens alheios: então fazia circular que quem possuía bens era feiticeiro. Houve crimes abomináveis e a luta correu, talvez o seu maior perigo, porque o povo começou a fugir das áreas libertadas. Os mais conscientes fugiram para as áreas onde estavam camaradas que defendiam a união do Partido, como o camarada Nino e outros. Mas, nos últimos meses, já esses camaradas estavam a correr perigo, porque os que cometiam

abusos estavam a tentar apanhá-los, para os liquidar.

Foi nessa altura que eu fui a Cassacá, em fins de 63, princípios de 64; a minha primeira saída ao interior do país. Era comandante da área de Quitáfine o camarada Manuel Saturnino, um jovem de 18 ou 19 anos. Conversando com ele, disse-me que naquela zona não se matavam feiticeiros, não se cometiam abusos. No regresso à fronteira, ia acompanhado de combatentes, que me escoltaram durante o trajecto. Nas paragens, fui «puxando» conversa com os camaradas, criando aquela confiança mútua, e eles começaram a descrever os crimes cometidos nas outras áreas, que as populações estavam a fugir todas.

Quando cheguei a Conakry, fiz um relatório ao Amílcar e ele disse que teríamos de convocar uma reunião. Só tínhamos um ano de luta armada, nessa altura não se sabia bem o que era o Partido. O Amílcar e eu falávamos de coisas muito belas e isso mobilizou muita gente, mas muitos foram para a luta porque não queriam o colonialismo português na terra, sem conhecerem os objectivos do Partido.

Nessa altura, regressou a Conakry, da China, o grupo do Arafan Mané, Guerra Mendes, Mada na Isna, uma série de jovens, com a formação idêntica à que tinham tido os primeiros camaradas. Então, o Amílcar reuniu-se com eles, falou do que se passava e mandou o Arafan convocar as pessoas do Norte e do Sul. Pôs-se o problema se a **conferência de quadros** deveria ter lugar no interior ou no exterior. Até a aquele momento, as grandes reuniões do Partido faziam-se no exterior, por motivos de segurança. Mas, dessa vez, nós batemo-nos para que o Congresso fosse no interior, onde as questões seriam discutidas diante do povo e dos combatentes.

Em Cassacá, na presença de dirigentes de todas as áreas, Cabral conduziu a reunião de tal

forma que, em dado momento, os indivíduos que estavam a cometer erros caíram na ratoeira e um deles disse: «O melhor desarmar-me se eu estou de facto, a cometer essas faltas todas, para investigar». Cabral mandou desarmá-lo e depois mandou desarmar todos os outros combatentes que estavam com ele, só no momento em que estavam já desarmados do ponto de vista moral. Porque, inicialmente, todos eles vieram munidos com os seus guarda-co-

tas, pareciam uns autênticos sobas.

A reunião durou da oito da noite às seis da manhã. A essa hora, os responsáveis que haviam cometido erros graves crimes, estavam todos desarmados, não tend-

do visto de dentro

SA QUE HOUVE NESTA LUTA EMPRES EXISTIRAM ENTES DO PARTIDO"

podido sair ninguém da sala, nesse período. Só ficaram armados os homens que tinham vindo com o Osvaldo. Depois foi o interrogatório de todos os que vieram a Cassacá, das diferentes áreas, crianças e tudo. Contaram-se as barbaridades que se cometiam sobre as populações. Que havia responsáveis que não permitiam que se risse nas suas bases! Diziam que Amílcar era um homem que nunca se ria...

to, partimos dos elementos mais experimentados da guerrilha e foi assim que preparámos as primeiras unidades. Amílcar criou as FARP, preparou unidades e enviou-as para o Leste do país. Mas, dessas unidades, desertaram aí pelo menos 30 ou 40 por cento, talvez até mais, para voltarem às suas casas. Eu, que então estava mais ou menos ligado à região Leste, fiquei desesperado com essa deserção em massa. Quando me encontrei com o Amílcar, puz-lhe o problema, mas

terreno descoberto, obténs uma vitória muito grande, porque os que ficam têm a consciência nacional necessária para irem até ao final, até à vitória».

Depois, novos elementos vieram reforçar as diversas regiões do Leste e foi possível desencadear a luta no Boé, no Gabú. E de 64 a 70, a luta progrediu a um ritmo tal que o inimigo chegou à conclusão que não era possível parar a nossa luta de libertação no interior do país. Em 1970,

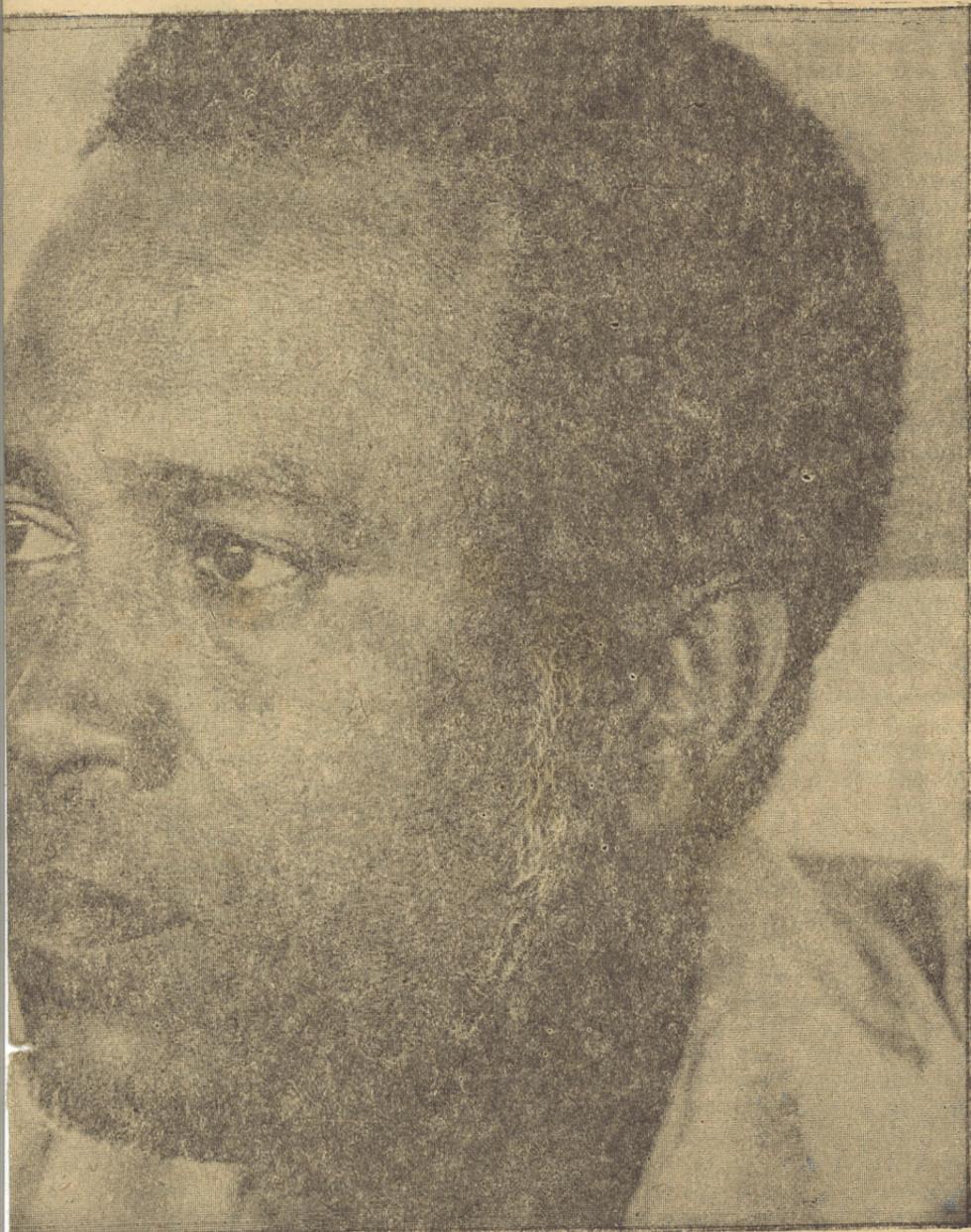
eles que, como a luta no interior não pode ser travada, é necessário destruir a retaguarda.

A vitória militar já estava assegurada, do ponto de vista estratégico. Depois, de 70 a 73, foram novas vitórias, novas frentes de luta, novas armas que obtivemos dos países amigos, quadros com melhor preparação. E, então, foi a solução dos colonialistas, de assassinar o Amílcar.

Pensavam ter ganho a guerra, tanto assim que, depois do crime, saíram com helicópteros e altifalantes, dizendo que a guerra tinha acabado...

Depois, foi o período do assassinato à proclamação do Estado. Conseguimos, com todo aquele desespero, reunir as forças necessárias para desencadear novas acções no Sul e noutras regiões, como por exemplo no Gabú, que era considerado o santuário de

Spínola. Depois da morte de Cabral até ao II Congresso, foi um período de luta, para mostrar aos combatentes que era possível continuar a guerra vitoriosamente, mesmo depois da morte de Cabral, desde que seguíssemos a linha de orientação que ele tinha deixado, e para mostrar que o Partido estava forte e que o golpe não tinha abalado a unidade no seio do PAIGC».



Depois de Cassacá, decidimos a criação de um exército popular, a formação de escolas, postos sanitários, armazéns do povo e o desencadeamento da luta noutras áreas do país.

Para formar o exérci-

ele via os problemas com um optimismo formidável e disse-me: quando tiras o homem da floresta, ele que está habituado a viver e lutar na floresta, e consegues meter 50 ou 60 por cento de combatentes a lutar em

depois das tentativas de fechar a fronteira Sul, os colonialistas começaram os planos para a destruição da retaguarda, que os levou, em 1970, à agressão a Conakry, e mais tarde, ao assassinato de Cabral. Pensavam

P. A. I. G. C.: 20 ANOS DE LUTA

(Continuação da pág. 6)

1968 — 19 a 24 de Novembro — Seminário de quadros em Conakry. Palestras do secretário-geral sobre problemas de táctica militar e política e sobre alguns aspectos da reconstrução nacional.

1970 — 20 de Fevereiro — Conferência de Amílcar Cabral na Universidade de Siracusa, nos Estados Unidos, em memória de Eduardo Mondlane, dirigente da Frelimo. Título: «Libertação nacional e cultura».

1970 — Abril — Discurso do secretário-geral no Symposium d'Alma Ata, numa comemoração do centenário de Lenine.

1970 — Junho — Conferência Internacional de Solidariedade com os povos das colónias portuguesas, em Roma.

1970 — 1 de Julho — O Papa Paulo VI recebe Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos.

1970 — 22 de Novembro — Agressão portuguesa contra a Guiné-Conakry. Plano organizado pelo ex-general Spínola com o objectivo de assassinar dirigentes do PAIGC e libertar soldados portugueses presos pelo Partido.

1971 — Agosto — Reunião do Conselho Superior de Luta, cuja decisão final é proclamar o Estado independente da Guiné-Bissau.

1972 — Abril — Remessa de uma missão da Organização das Nações Unidas em território libertado.

1972 — 3 a 7 de Julho — Cabral envia um texto à Reunião de Peritos das noções de raça, identidade e dignidade, organizada pe-

la UNESCO. Analisa o papel da cultura na luta para a independência.

1972 — Outubro — Discurso de Amílcar Cabral na Quarta Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

1973 — 1 de Janeiro — Mensagem do Secretário-Geral por ocasião da passagem do ano.

1973 — 20 de Janeiro — Amílcar Cabral é assassinado em Conakry, por agentes do colonialismo português.

1973 — 7 a 9 de Fevereiro — A direcção Nacional do Partido lança a palavra de ordem: acção generalizada em todas as frentes.

1973 — 25 de Maio — Operação Amílcar Cabral. Resultado: tomada do campo fortificado de Guiledje. Crescimento da defesa anti-aérea.

1973 — 18 a 22 de Julho — Segundo Congresso do Partido nas regiões libertadas de Leste. Aristides Pereira é eleito Secretário-Geral do PAIGC.

1973 — 23 a 24 de Setembro — Reunião da primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, nas regiões libertadas do Boé.

1973 — 24 de Setembro — Proclamação do Estado da Guiné-Bissau, na região do Boé. Eleição de Luiz Cabral para a Presidência do Conselho de Estado.

1974 — 6 de Maio — O Comité Executivo de Luta estabelece as condições para negociar com o Governo Português, após o golpe de Estado de 25 de Abril.

1974 — 16 a 17 de Maio — Encontro de Aristides

Pereira com Mário Soares em Dakar.

1974 — 25 a 31 de Maio — Início das conversações em Londres entre Pedro Pires e Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Primeiro Governo Provisório.

1974 — 13 a 14 de Junho — Primeiras negociações em Argel.

1974 — 9 de Agosto — Reinício das negociações (secretas) em Argel.

1974 — 23 de Agosto — Última fase das conversações entre representantes do Governo Português e dirigentes do PAIGC, em Argel.

1974 — 26 de Agosto — Assinatura do Acordo de Argel.

1974 — 10 de Setembro — Portugal reconhece «de jure» a República da Guiné-Bissau.

1974 — 24 de Setembro — Comemoração do primeiro aniversário da independência, na região do Boé.

1974 — 15 de Outubro — Retiram da Guiné-Bissau as últimas tropas colonialistas portuguesas.

1975 — 28 de Abril — Reunião da Segunda Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, na capital livre do País.

1975 — 5 de Julho — Independência do Arquipélago de Cabo Verde.

1976 — 27 a 31 de Agosto — Reúne em Bissau o Conselho Superior da Luta do PAIGC, que decide convocar o III Congresso do Partido para Julho de 1977.

1976 — 2 de Setembro — Tradlado de Conakry para Bissau os restos mortais de Amílcar Cabral.

DISCURSO DO SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO, CAMARADA ARISTIDÈS PEREIRA

“Construiremos a Unidade da Guiné e Cabo Verde e o progresso social das nossas Pátrias”

Caro camarada Luiz Cabral, Secretário-Geral Adjunto do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau,

Caro camarada Francisco Mendes, Comissário Principal, Caro camarada João Bernardo Vieira, Presidente da Assembleia Nacional Popular e Comissário de Estado das Forças Armadas,

Ilustres convidados,
Caros camaradas:

Neste momento de consagração solene das vitórias alcançadas pelo PAIGC, no termo de vinte anos de luta, tenho o privilégio e a alegria de saudar calorosamente, em nome da Direcção do nosso Partido e de todos os seus responsáveis e militantes, a presença de tantos companheiros da longa marcha universal pela libertação do Homem.

Ao solicitarmos a vossa presença aqui para viverem connosco alguns dias de exaltação patriótica, quisemos render a nossa modesta homenagem militante aos verdadeiros amigos que, no mundo inteiro, souberam sempre, nas horas difíceis prestar-nos a ajuda necessária ao triunfo da nossa luta de libertação nacional.

Peço-vos que considerem como vossa, as retumbantes vitórias atingidas pelo nosso povo na Guiné e em Cabo Verde e que comemoramos hoje, neste vigésimo aniversário da fundação do nosso glorioso Partido.

É o momento de procedermos ao balanço das tarefas realizadas, no caminho da materialização do programa do PAIGC.

I. A FUNDAÇÃO DO PARTIDO

Desde a primeira hora da sua existência, o PAIGC definiu-se como um instrumento-base para o desenvolvimento da luta de libertação nacional do povo da Guiné e Cabo Verde e para o progresso das nossas terras. Fruto da reflexão amadurecida de um punhado de jovens nacionalistas, a ideia da criação do nosso glorioso Partido traduzia as aspirações ainda informadas das massas populares a viverem uma era de justiça social, com o termo da desenfreada exploração, exercida impunemente pelo colonialismo mais bárbaro e anacrónico: o colonialismo português. Com efeito, nesses anos recuados da década de 50, o povo da Guiné e Cabo Verde, humilhado e ofendido na sua dignidade humana de africano, encontrava-se no limite da escravidão.

Transformar essas realidades tangíveis, pela conscientização das camadas sociais face ao sistema colonial português; fazer apreender a necessidade e o interesse objectivo de resolver a contradição principal opondo essas camadas ao domínio estrangeiro, assim se nos apresentou a tarefa a realizar urgentemente. Contudo, a Guiné dita «portuguesa» não dispunha de nenhuma das classes que foram os motores de processos revolucionários noutras regiões do mundo: o proletariado ou mesmo uma classe camponesa privada da terra. Cobia-nos, portanto, definir uma estratégia de luta, de acordo com a nossa situação específica, em harmonia com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, e tendo em consideração as duas comunidades, historicamente irmanadas por laços seculares de sangue e de cultura.

É esse esforço de análise objectiva que modelou a originalidade de uma experiência revolucionária, no âmbito africano, e permitiu antever as etapas que tivemos de percorrer ao longo de duas décadas, para fazer existir plenamente o povo da Guiné e Cabo Verde, no concerto das nações livres do mundo.

Há vinte anos, precisamente, no termo daquele crepúsculo do dia 19 de Setembro de 1956, nenhum de nós podia conceber toda a dimensão histórica do acto que cumpríamos, no momento em que seis filhos da Guiné e Cabo Verde, fundando o *Partido Africano da Independência*, se empenhavam em extinguir para sempre a tenebrosa noite colonial que envolvia as nossas terras.

Mas bem cedo nos apercebemos da importância de tal facto e da responsabilidade que pesava sobre os nossos ombros, porque no meio de nós, e guiando-nos passo a passo, estava presente aquele que consideramos justamente como o militante número Um: Amílcar Cabral.

Foi ele que melhor sintetizou as condições objectivas que deveriam presidir à criação do PAIGC, e congregou no seio do Partido os patriotas da Guiné e Cabo Verde. Além disso, Amílcar Cabral reunia as condições subjecti-

vas do líder revolucionário. De certo, são as massas que fazem a história mas temos consciência também da importância da *personalidade* no movimento histórico para a liberdade e para o progresso. Assim, nós devemos a Amílcar Cabral a elaboração das ideias que inspiraram a própria fundação do nosso Partido *bi-nacional*, o corpo de doutrina que nos orientou ao longo dos períodos da luta de libertação, numa palavra, somos tributários do pensamento e da obra que o imortalizaram. Personalidade singular, repetimos, pois penetrou na essência dos fenómenos que ritmaram as diversas fases do nosso combate, iluminando com o brilho da sua inteligência e a generosidade do seu coração, a nossa própria vida, ou, para utilizar uma imagem poética que lhe era familiar, «a estrada larga da esperança». E a primeira manifestação do seu génio criador, da sua perspicácia política e da sua visão do futuro, no interesse dos nossos povos, foi precisamente a aplicação prática do princípio da *unidade* Guiné-Cabo Verde que se traduziu nos objectivos que o PAIGC se propôs materializar, desde o dia 19 de Setembro de 1956.

Hoje, com o recuo do tempo, podemos avaliar melhor (e em toda a sua dimensão) o acerto e a justeza da análise que justificou a fundação do nosso Partido *bi-nacional*. Sabemos que nenhuma formação política, alimentando a veledade de reunir exclusivamente ou guineenses ou caboverdianos conseguiu afirmar-se. Não é esse facto negativo que nos importa reter aqui.

A nossa qualidade de militantes do PAIGC e de dignos continuadores da obra imensa de Amílcar Cabral tem por base esta certeza inabalável: partindo da realidade dos nossos dois Estados independentes, estamos a criar as estruturas superiores da *unidade*, ao serviço do povo da Guiné e Cabo Verde, para uma vida de progresso e de felicidade.

Mas se o PAIGC resultou, em primeiro lugar, da determinação dos nacionalistas guineenses e caboverdianos, ele beneficiou grandemente da influência de factores exteriores: a evolução geral da relação de forças no mundo e, com particular incidência no nosso caso, o despertar conjunto, da África, da Ásia e da América Latina. É nesse movimento irreversível dos povos que se integra a marcha do PAIGC pela completa emancipação do povo da Guiné e Cabo Verde das garras do colonialismo, do neo-colonialismo e do imperialismo.

Uma das *linhas de força* em que se fundamentou a luta vitoriosa do PAIGC foi justamente a clara compreensão do nosso papel como actores sociais do progresso da humanidade, a percepção da inter-influência das realidades mais gerais e das realidades particulares. Assim, guiados ainda pelos ensinamentos de Amílcar Cabral, o nosso Partido situou sempre o nosso combate no sentido das realidades do mundo contemporâneo, cujas perspectivas de progresso foram definitivamente abertas pelo campo socialista, surgido desde a gloriosa Revolução de Outubro, e pelo triunfo do movimento de libertação nacional.

Adoptando por lema a *unidade* e a *luta*, na sua relação dialéctica, o PAIGC foi de facto e continua a ser, a força, a luz e o guia do nosso povo, na Guiné e Cabo Verde. Vejamos, porém, como a *raiz* e o *tronco* fecundaram os ramos para o desenvolvimento da nossa luta, através das suas etapas principais.

II. PRIMEIRO PERÍODO

A linha de conduta adoptada no próprio acto da fundação do nosso Partido fixa a responsabilidade dos seus dirigentes de preparar as massas populares para a luta libertadora, na época decisiva da sua história. Se ela postula a mobilização de todos os filhos das nossas pátrias, sem distinção de sexo, de etnia ou de cor, guineenses ou caboverdianos, aponta também o método prioritário da clandestinidade. Durante os primeiros três anos de vida, a nossa organização tenta de facto enraizar as ideias do Partido nos diversos sectores sociais das nossas *praças*, e levá-las a enfrentar a máquina opressiva do colonialismo português. Sem abandonar completamente a margem muito estreita de infiltração nos agrupamentos legais, sob o controlo da administração colonial, a actividade principal do Partido desenvolve-se num clima clandestino.

Ao procurarmos traduzir as aspirações do povo na Guiné colonial e determinar os motores sociais da luta libertadora, começámos por obter a adesão tanto de alguns elementos da pequena-burguesia como, sobretudo, das camadas laboriosas mais exploradas dos centros urbanos.

«assalariados, marinheiros e estivadores do porto de Bissau, pequenos artífices, a franja, do lumpen-proletariado. O crescimento evolutivo deste apoio, conduziu-nos à conclusão (que se afiguraria, errada, mais tarde) de que a base social da luta residia no conjunto das massas laboriosas das nossas *praças*. Por isso, os primeiros núcleos activos de militantes do Partido prosseguiram com determinação o enquadramento dos trabalhadores de Bissau, Bolama, Bafatá... E quando, nos fins de Julho de 1959, se realizaram com sucesso as primeiras greves dos marinheiros, muitos militantes viram nessa iniciativa e na satisfação das suas reivindicações, uma vitória da justiça da linha do Partido.

Essa convicção durou alguns dias apenas. Com efeito, a 3 de Agosto de 1959, o pequeno cais de Pidjiguiti era o teatro de um trágico acontecimento: o massacre de cinquenta trabalhadores africanos. Foram eles que escreveram com o seu sangue a página mais ardente no grande livro da história do PAIGC. Metralhando cegamente os marinheiros e os estivadores, os agentes do fascismo-colonial português não só visavam afogar o movimento reivindicativo daqueles trabalhadores mas também desmantelar a estrutura do nosso Partido, cuja influência se fazia nitidamente sentir, ao nível do país. Directamente ameaçados no ponto nevrálgico dos seus interesses económicos, os colonialistas perceberam com clareza que ali, no cais de Pidjiguiti, se realizava a «primeira manifestação organizada da consciência política das massas laboriosas, em particular das de Bissau». Portanto, esse factor interno que determinava a reacção assassina do nosso inimigo directo na sua praça forte, exigia igualmente da nossa parte uma *linha de acção* capaz de se opôr à impunidade repressiva. Daí resultou a reunião de 19 de Setembro que, entre outras decisões importantes, optou pela mobilização *prioritária* do campo.

Este reajustamento da estratégia política do PAIGC iria influenciar os acontecimentos ulteriores da nossa vida. O 3 de Agosto de 1959 é, sem sombra de dúvida, um marco decisivo no longo percurso da luta de libertação do povo da Guiné e Cabo Verde.

O factor externo determinado pela evolução política do continente africano e em particular, no contexto regional, pelo acesso da República da Guiné a uma independência completa, livre dos compromissos neo-coloniais, o factor externo, dizíamos, facilitou, como movimento político convergente e base logística em potência, a materialização da escolha das nossas tácticas de combate, ditadas pelo fascismo colonial.

Nesse período, um grupo de nacionalistas das então colónias portuguesas já tinha compreendido a necessidade de reunir os seus esforços para derrubar, em conjunto, o *muro de silêncio* que o fascismo colonial erigira em torno das nossas terras, o que levou a delinear um plano político unitário pela libertação total dos nossos povos.

Nessa perspectiva, já tinham sido tomadas algumas iniciativas concretas: «a reunião de consulta e estudo para o desenvolvimento da luta contra o colonialismo português», a criação do MAC (Movimento Anti-Colonialista) que, para lá da denúncia dos crimes perpetrados nos nossos países, dava a conhecer à opinião mundial as legítimas aspirações dos povos de Angola, de Moçambique e de S. Tomé e Príncipe, da Guiné e Cabo Verde. O nosso líder Amílcar Cabral, fiel à sua vocação primordialmente africana, esteve nas primeiras linhas do combate que ora evocamos. Tratava-se de utilizar as *armas da crítica*, antes de passar à *crítica das armas*. Quantas vezes os companheiros angolanos, moçambicanos ou saotomenses escolheram unanimemente o nosso saudoso Secretário-Geral para ser o porta-voz dos seus povos, reconhecendo ao mesmo tempo a maturidade e o avanço político do PAIGC!

Todavia, no limiar de 1960, designado por certos historiadores como o *ano da África*, entrámos numa fase que a aceleração dos acontecimentos positivos no domínio da luta de libertação fazia antever, aparentemente, uma mutação nos planos sinistros e na obtusa obstinação do colonial-fascismo. E não fomos os únicos a pensar que o movimento de *descolonização*, à escala das principais potências imperialistas, atingiria também «a pequena casa lusitana» e que os chamados *ventos da história* varreriam igualmente as colónias portuguesas do mapa vergonhoso das regiões oprimidas do mundo. E pensávamos ainda que a pressão inter-

(Continua na página 11)

SESSÃO SOLENE DE COMEMORAÇÃO DO XX ANIVERSÁRIO



(Continuação da página 10)

nacional, na sequência das resoluções adoptadas pela Organização das Nações Unidas, obrigariam o governo de Lisboa a negociar com os nossos movimentos, a transferência de poderes. Não por ingenuidade ou por carência momentânea da nossa análise, da natureza do colonial-fascismo português, mas sim movidos pela preocupação política de retirar as responsabilidades, tomámos, à testa das nossas organizações, algumas iniciativas, na perspectiva da solução pacífica do conflito que nos opunha ao colonialismo. Assim, o PAIGC, como anteriormente o MPLA, decidiu dirigir, a 15 de Novembro de 1960, um memorandum ao governo português, contendo a proposta de doze medidas, cuja realização urgente conduziria «à liquidação pacífica da dominação colonial portuguesa».

É verdade que estávamos encorajados pelas consequências da resolução adoptada pelo Conselho de Tutela havia apenas alguns dias (a 12 de Novembro) a qual enterrava definitivamente o mito das «províncias ultramarinas». Vitória moral que não modificava em nada a natureza do colonialismo português. Na nossa análise, essa resolução reflectia uma realidade do momento: a maioria esmagadora dos Estados membros da ONU estava determinada a encontrar uma solução ao conflito entre os nossos povos e o governo português.

Mas, por um lado, mantivemo-nos vigilantes face a qualquer solução que visasse a eliminar a nossa participação efectiva como actores do processo da luta e a alterar apenas os aspectos exteriores da dominação colonial; por outro lado, tivemos a percepção de que o governo português iria recorrer à guerra preventiva para afogar, em sangue, qualquer tentativa de insurreição da parte do nosso povo.

Morre aqui o tempo das ilusões, estabelecendo a transição para um novo período, que nos permitiu demonstrar toda a nossa capacidade de mobilizar, organizar e enquadrar o nosso povo na Guiné e Cabo Verde em torno do programa do PAIGC.

III. SEGUNDO PERÍODO

Uma análise fria, mais aprofundada e realista da natureza do colonial-fascismo português, dos seus interesses imediatos e da sua situação no mundo, conduziu-nos, à conclusão de que só restava ao Partido a utilização da via extrema — isto é, a luta armada — para fazer triunfar o direito inalienável do nosso povo à independência e à liberdade. Aliás, a sinistra PIDE, a soldadesca colonial e todo o aparelho de repressão instalado nas nossas terras não deram tréguas: prenderam, torturaram, massacraram, deportaram patriotas e militantes que, em número cada vez mais crescente, ousavam manifestar a sua adesão aos objectivos do nosso Partido. Com essa repressão desenfreada que traduzia uma verdadeira intenção de genocídio, o criminoso governo colonialista português pretendia negar a existência da implantação do PAIGC, no meio das massas da Guiné e de Cabo Verde.

(Deixemos aos historiadores das novas gerações o encargo de apreciar objectivamente a enormidade irracional e obsoleta da ditadura fascista, ao negar até a nossa identidade de africanos). A verdade é que o tempo das ilusões se tinha transferido para o campo inimigo. E cabia-nos tirar todas as consequências desse facto.

Por isso, o nosso Partido velou pela estreita aplicação das decisões tomadas na sua reunião clandestina de 19 de Setembro.

Entrámos efectivamente na fase activa (e talvez a mais

difícil) de preparação das massas populares para o afrontamento decisivo contra a máquina repressiva do Estado colonial, na perspectiva do desenvolvimento de longas batalhas pela independência completa das nossas terras. Encaminhámos cuidadosamente os nossos passos e começámos, sobretudo, por reactualizar a nossa análise sobre a base social que, no cadinho da *unidade*, iria fecundar a luta libertadora. Embora tenhamos privilegiado a mobilização das camadas laboriosas do campo, reforçámos também os apelos à tomada de consciência da parte das outras camadas e categorias profissionais na Guiné e Cabo Verde — funcionários, comerciantes, assalariados, soldados, jovens. O Partido demonstrava, através de várias mensagens e contactos directos, a urgência de liquidar o colonialismo e a certeza no triunfo da causa pela independência nacional.

Foi no âmbito da imensa tarefa de mobilização da nossa população laboriosa do campo, na Guiné colonizada — lavradores humilhados, explorados pelos patrões das empresas comerciais tanto nos preços como na pesagem dos produtos de monocultura, foi aí que os jovens militantes do PAIGC demonstraram o grau do seu engajamento político. Não foi fácil convencer o campesinato que ele tinha interesse objectivo em empenhar-se na luta de libertação nacional, quando o horizonte da sua vida se limitava à simples compreensão da diferença entre os preços e o valor dos produtos. Para tornar o campesinato de facto a *força física principal*, Amílcar Cabral tomou a direcção da formação dos primeiros mobilizadores que, beneficiando do seu profundo domínio das realidades concretas e dos comportamentos das massas populares, fizeram penetrar as ideias novas do Partido no coração das tabancas. A esses camaradas, modelados pelo pedagogo político que foi Amílcar Cabral, devemos o apoio, a adesão das populações da nossa terra, no seu espaço guineense, nas vésperas do desencadeamento da luta armada. Somos tributários dos seus esforços, dos seus sacrifícios e da sua entrega total à grande causa africana da libertação e à correcta aplicação das palavras de Ordem do Partido. Hoje, podemos apreciar em toda a sua dimensão histórica, o significado que o camarada Amílcar Cabral conferia à tarefa prioritária de *formar homens*.

Se a nossa actividade essencial incidia nesse plano, convictos da força da nossa razão de implantar o Partido no fundo do mato, restava ainda eliminar da cena política as associações de fantoches e oportunistas que tinham surgido nos países limítrofes, pretendendo representar os interesses do nosso povo. Apesar dos esforços feitos para congregar os patriotas sinceros em *frentes* largas, os elementos negativos, repartidos em vários grupúsculos, prosseguiram fundamentalmente o objectivo de destruir o PAIGC. Nenhum dos seus argumentos divisionários, nenhuma das suas intrigas encontrou eco no seio das massas do interior das nossas terras. Contudo, durante um certo compasso de tempo, esses fantoches beneficiaram do apoio de alguns dirigentes africanos ainda mal informados sobre as realidades concretas da Guiné e Cabo Verde. Os resultados palpáveis da nossa acção abnegada e consequente em defesa dos interesses fundamentais do nosso povo acabaram por colocar definitivamente do nosso lado, os partidos, os governos e os povos das Repúblicas irmãs da Guiné e do Senegal que forneceram ao nosso Partido as estruturas de acolhimento.

Convém sublinhar que as páginas da história do nosso Partido teriam de ser escritas de outro modo, se o P.D.G. (Partido Democrático da Guiné) não tivesse optado pela independência total e completa, a 28 de Setembro de 1958, e considerado como ponto central da sua política de unidade africana, o apoio incondicional aos movimentos de libertação das colónias portuguesas.

Numa altura em que os países independentes do continente se dividiam em dois blocos, tornou-se mais premente apelar para a ajuda concreta do campo socialista. Isso correspondia e continua a corresponder ao sentido profundo das nossas opções.

Ganhámos paulatinamente a confiança dos nossos aliados socialistas, recebemos os encorajamentos e o auxílio concreto, no plano material, político e diplomático que nos permitiu materializar o nosso sagrado compromisso de libertar, por todos os meios, os nossos povos.

No mato e nas praças da Guiné, no coração das ilhas de Cabo Verde, o nosso Partido manifestava a sua presença pelo amadurecimento das condições internas para a nova fase da luta. Quanto mais forte era a implantação do PAIGC mais os colonialistas portugueses se encarnavam contra os nossos corajosos militantes.

Para levar a cabo o nosso projecto de libertação conjunta da Guiné e Cabo Verde, decidimos considerar o espaço continental como o terreno prioritário para a acção armada, visto que as condições políticas, as bases logísticas e também os factores externos eram mais favoráveis na Guiné do que no Arquipélago.

E chega então a madrugada de 4 de Fevereiro de 1961, data em que um punhado de heróicos militantes, sob a direcção do MPLA, rompe a noite colonial em Angola, fazendo a sua entrada espectacular na grande cena da história contemporânea. A ousadia do acto que consistiu em atacar, com algumas armas apenas, as prisões de Luanda e a resposta desenfreada do poder colonial-fascista que se traduziu no massacre imediato de milhares de patriotas, reforçou, ainda mais a nossa determinação de passar à *acção directa* na Guiné. Assim, a 3 de Agosto de 1961, comemorando o segundo aniversário do trágico acontecimento de Pidjiguiti, lançámos ao mundo a *proclamação* que os anais da nossa história registam como a data da «passagem da nossa revolução nacional da fase da luta política à de insurreição nacional, à acção directa contra as forças colonialistas». Pondo em prática esta decisão, os nossos primeiros grupos armados levaram a cabo alguns actos de sabotagem no interior do País, os quais incidiram em particular sobre as vias de comunicação, enquanto se verificava uma grande efervescência patriótica nas ilhas de Cabo Verde, principalmente em São Vicente e em Santiago. E no mesmo momento em que se prosseguiam com êxito as emboscadas contra as forças colonialistas, o PAIGC dirigiu, a 13 de Outubro de 1961, uma nota aberta ao governo português colocando-o perante este problema: ou o poder colonial-fascista reconsiderava a sua posição, conformando-se à aplicação do princípio da auto-determinação e da independência, ou o nosso Partido realizaria a sua missão histórica: «a de desenvolver a nossa luta de libertação nacional, de responder pela violência à violência das forças colonialistas portuguesas e de liquidar completamente, por todos os meios, a dominação colonial na Guiné dita portuguesa e nas ilhas de Cabo Verde».

Foi assim nesse sentido que o nosso saudoso camarada Amílcar Cabral, em nome do PAIGC, declarou sucessivamente perante o Comité Especial da ONU e perante a Quarta Comissão da Assembleia Geral:

«Repudiando as condições de mendigo da liberdade, que se não coaduna com a dignidade e o direito sagrado do nosso povo a ser livre e independente, nós reafirmamos aqui a nossa firme decisão de, sejam quais forem os sacrifícios a consentir, liquidar urgentemente a dominação colonial no nosso país e conquistar, para o nosso povo, a oportunidade de construir, na paz, o seu progresso e felicidade».

(Continua na página 12)

DISCURSO DO SECRETARIO-GERAL DO PARTIDO, CAMARADA ARISTIDES PEREIRA

"Fidelidade ao testamento de Amílcar Cabral"

(Continuação da página 11)

IV. TERCEIRO PERÍODO

Realizar a *missão histórica* de conduzir a luta de libertação até ao seu termo, significava concretamente dar seguimento à nossa propaganda armada junto das massas, e prolongar a acção directa, desencadeando a guerra revolucionária popular. Como dissemos anteriormente, as populações do interior da Guiné já se tinham compenetrado da ideia de apoiar as acções militares contra o aparelho colonial. Elas estavam mentalizadas para confiar na viabilidade de um combate contra as forças repressivas. Falavam, entretanto, os meios adequados. Todas as energias foram mobilizadas para obter armas e introduzi-las nas bases de apoio, utilizando tesouros de imaginação. Os primeiros combatentes que participaram directamente nessa tarefa, devem recordar hoje com emoção e também com orgulho os imensos sacrifícios que consentiram e a coragem que manifestavam. Partindo praticamente do nada, penetrados das ideias do Partido e da razão que nos assistia, fomos capazes de transportar até ao fundo das tabancas, lá onde elas eram necessárias ao desencadeamento da nova fase da luta. Assim, quando o exército inimigo se preparava a repelir uma investida de «terroristas» nas zonas fronteiriças, um comando atacou o quartel de Tite, no Sul, a 23 de Janeiro de 1963, dando verdadeiramente início à luta armada.

Em consequência dos sucessos militares dos nossos combatentes, verificou-se a paralisia da exploração económica do poder colonial, a consolidação política das bases da guerrilha, a sabotagem das infraestruturas de comunicação terrestre, obrigando o inimigo a bater em retirada e a acantonar-se em alguns centros urbanos do Sul e do Centro-Sul do País. No termo de 6 meses de luta armada, aproximadamente, todas as regiões ao Sul do Geba e do Corubal foram libertadas. Tão evidentes e espectaculares foram estes sucessos militares que o próprio Ministro português da Defesa Nacional teve de confirmar publicamente a amplitude da acção das guerrilhas do nosso Partido na Guiné, calculando modestamente em 15 % a área da ocupação e controle do território nacional, pelos nossos combatentes.

O inimigo, segundo os seus próprios termos, vivia uma situação «inconfortável e desagradável». Os nossos combatentes infligiram às tropas coloniais baixas consideráveis, libertaram toda a zona da floresta de Oio e dominaram totalmente o triângulo das estradas Mansoa-Mansabá-Bissorã, desorganizando assim, o sistema de comunicações entre Bissau e o interior do país. Em resumo, como escreveu na época um jornalista do «Times» de Londres, a Guiné tornava-se «o calcanhar de Aquiles da política colonial portuguesa».

Desesperados perante essa situação, as tropas colonialistas lançaram uma vasta ofensiva que incidiu particularmente sobre a plataforma estratégica, indispensável para a reconquista e para o controle efectivo do Sul: a Ilha de Como. Ali fluctuou, pela primeira vez, num território libertado, a bandeira do nosso Partido. A soldadesca portuguesa forneceu, afinal, aos nossos guerrilheiros, apoiados nas populações, a oportunidade de escreverem durante 75 dias de combate, uma das páginas mais gloriosas da história da nossa guerra popular.

Não nos deixámos, entretanto, obnubilados por estes sucessos militares. Exercendo vigilância, face ao carácter eminentemente político do nosso combate libertador, o Partido devia examinar o comportamento dos seus militantes armados, colocados diante do facto inédito e da situação especial que constituía a guerra. Mercê dessa vigilância e do contacto estabelecido então de maneira permanente entre a direcção superior do Partido e os combatentes, foi possível constatar que se desenvolvia, com perigo de gangrenar todo o nosso corpo social, uma acção negativa de elementos que agiam em violação flagrante dos nossos princípios e contra os verdadeiros interesses do nosso povo.

V. QUARTO PERÍODO

Abre-se então um período de importância decisiva para a evolução da luta, profundamente marcado pelos dois acontecimentos históricos que o precederam imediatamente: O Congresso de Cassacá e a derrota infligida ao exército colonial, na ilha do Como, em Fevereiro de 1964.

A vitória de Como dá ao nosso Povo, aos dirigentes e aos militantes do nosso Partido a verdadeira medida da nossa força, mostra a nossa grande capacidade de resis-

tência no combate e a nossa determinação em defender a todo o preço as regiões libertadas. Aos olhos do inimigo espantado com esta vergonhosa derrota, a ilha de Como é o símbolo da organização do nosso Partido, da tenacidade e do heroísmo do nosso Povo. Essa derrota condicionou para sempre o comportamento do exército colonial no nosso país, revelando-nos a justa dimensão das enormes responsabilidades da nossa geração.

Esse acontecimento de importância extraordinária passou-se ao mesmo tempo e praticamente na mesma área em que se realizava o primeiro Congresso do nosso Partido. Congresso onde foram analisados corajosamente e, pela primeira vez, os problemas inerentes à nova situação criada no nosso país, um ano apenas após o desencadeamento da luta armada. Congresso onde foram severamente criticados os erros cometidos por alguns quadros e combatentes que, utilizando o nome do Partido, abusavam do poder das armas e aterrorizavam as populações. Congresso, enfim, onde soubemos tirar as lições no plano político, ideológico e militar para a nossa luta de libertação.

Da vitória de Como e das decisões de Cassacá, o Partido ressurgiu mais sólido e unido, mais consciente da sua força e mais decidido do que nunca a realizar o projecto da libertação total da Guiné e Cabo Verde.

A reorganização do Partido, da base à cúpula; a reestruturação das forças armadas sobre fundamentos novos, caracterizada sobretudo pela urgência de se criar um exército regular; a transformação dos departamentos do Comité Central de maneira a adaptá-las à gestão das primeiras regiões libertadas, tudo isso veio a conferir progressivamente ao PAIGC a sua dimensão de Partido-Estado, dimensão que iria dominar de todo o seu peso, a evolução da luta, até à histórica proclamação de 24 de Setembro de 1973.

O desenvolvimento da acção do Partido pode ser brevemente exposto nos seus aspectos políticos e administrativo, militar, social e cultural e no plano exterior.

Do ponto de vista político e administrativo, a organização do Partido é completamente reestruturada e progressivamente adaptada à dinâmica do processo libertador:

- Procedeu-se à constituição e à instalação efectiva dos comités de base, nas tabancas e nas secções, autênticos órgãos locais não só de direcção política mas também de gestão da nova sociedade emergente das regiões libertadas.
- Surgiram os órgãos de administração e de supervisão política a nível dos sectores, das regiões e das frentes, desempenhando as funções de controlo do Estado civil, da Justiça, da educação, da assistência médico-sanitária, em toda a extensão do território libertado.
- Reestruturou-se o Partido igualmente na cúpula: foram revistas as atribuições e a composição dos Departamentos do Comité Central de maneira a adaptá-las às novas realidades e fazê-las desempenhar eficazmente o papel dinamizador do processo de consolidação do Estado em desenvolvimento.

Todo este esforço de reorganização prossegue paralelamente a um reforço do trabalho junto das massas, mobilizando-as no sentido de assumirem a gestão da nova sociedade. Elas foram mobilizadas no trabalho de produção, na elevação constante do ritmo da luta, ao mesmo tempo que os órgãos do Partido encarregados dos abastecimentos das regiões libertadas faziam beneficiar as populações de quantidades maiores de artigos de primeira necessidade.

Ao longo dos anos, as populações acabam por participar na defesa das regiões libertadas, das suas tabancas, das suas colheitas e gado, uma vez que, por decisão do bureau político de Dezembro de 1968 são distribuídas armas à milícia popular e aos camponeses que passam a cumprir melhor as funções de segurança e de vigilância nas regiões sob o nosso controlo.

Esta participação das massas na discussão e na solução dos seus próprios problemas marca de maneira irreversível o novo carácter da sociedade que o Partido pretende instituir no País; é ela que torna ridícula a campanha psicossocial por uma Guiné melhor, destilada pela propaganda dos arautos do colonialismo. O nosso povo das regiões libertadas que conhece a outra face dessa política de hipócrita demagogia tem a clara consciência de que as tentativas de realizar a Guiné melhor nas regiões ainda controladas pelo inimigo resultam da acção vitoriosa do nosso Partido. Com efeito, desferimos golpes cada vez mais duros ao inimigo e lançamos as bases de uma verdadeira revolução social nas regiões libertadas.

O nosso povo, que sente na carne os crimes da política de sorriso e de sangue dos governantes que se sucedem em Bissau, sabe que paralelamente à campanha de construções de escolas, de postos sanitários e mesquitas, paralelamente à concessão de bolsas de estudo e de viagens a Portugal e a Meca, o exército colonial arrasa indiscriminadamente as nossas escolas, hospitais e tabancas indefesas nas regiões libertadas, com bombas de napalm, de fragmentação, de fósforo branco.

É desde 1967 que o inimigo recorre a esses métodos criminosos com o fim de aterrorizar as nossas populações e de as separar do Partido.

Essa Guiné-Melhor com que se pretende desmobilizar as nossas populações traduz a situação desesperada em que se encontravam os colonialistas portugueses na nossa terra. O próprio chefe do governo português em visita apressada à Guiné, aconselhado pelo seu Estado-Maior a não se aventurar fora de Bissau, reconhece que «só um milagre» pode melhorar a situação político-militar.

O desenvolvimento da acção dos departamentos da Justiça, da Saúde, da Educação e a criação dos Armazéns do Povo nas regiões libertadas confirma a dimensão de Partido-Estado do PAIGC e consolida atributos de soberania do nosso Povo na maior parte do território nacional, como é testemunho já em 1967 por cineastas e jornalistas de várias nacionalidades que percorrem as regiões libertadas. Nesse ano, 60 % do território e cerca de metade da população escapa completamente ao controle da administração colonialista e vive na liberdade e dignidade reencontradas.

Nas regiões libertadas, faz-se a justiça, quer nos tribunais militares para crimes de certa importância quer nos tribunais populares onde elementos da população, eleitos pelo povo, julgam em primeira instância os litígios decorrentes da vida quotidiana. A capacidade de poder julgar, com base nas normas da tradição adaptadas à nossa época é de um significado extraordinário na história da emancipação do nosso Povo.

A elevação do nível da educação escolar nas regiões libertadas é outra manifestação do carácter exemplar da nossa luta de libertação nacional que sempre prosseguiu o objectivo de destruir as bases da presença colonial no nosso país e construir sobre os seus escombros uma nova sociedade: um homem novo, capaz de aprender e dominar a natureza, consciente da sua dignidade, do valor da sua cultura e da sua capacidade de participar, ao lado dos outros homens, no enriquecimento do património universal.

A evolução do ensino nas regiões libertadas é eloquente, como se pode constatar pelo número de alunos e professores formados pelo Partido.

É a essa pléiade de professores nascidos da luta, que toda uma geração de futuros quadros deve a sua formação de base e a abertura de novos horizontes.

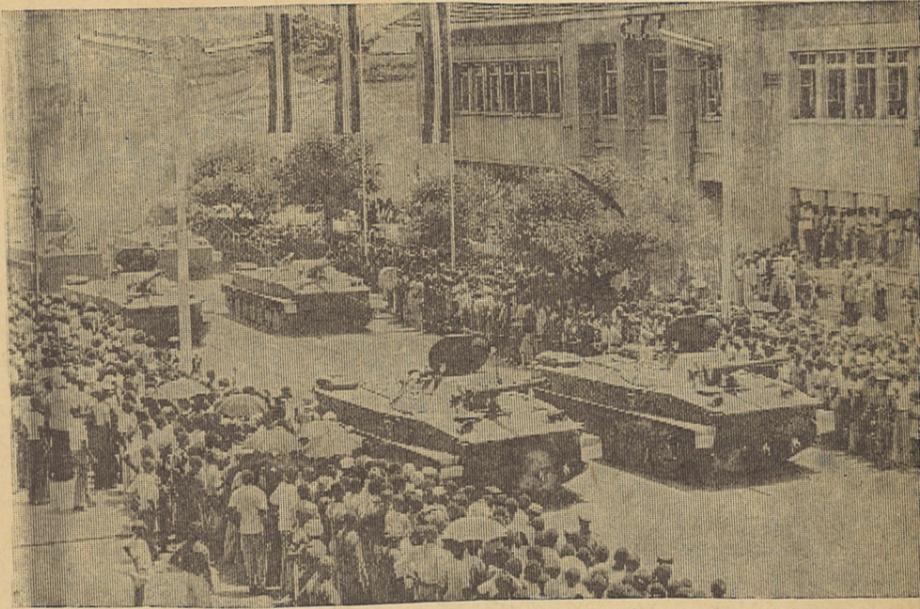
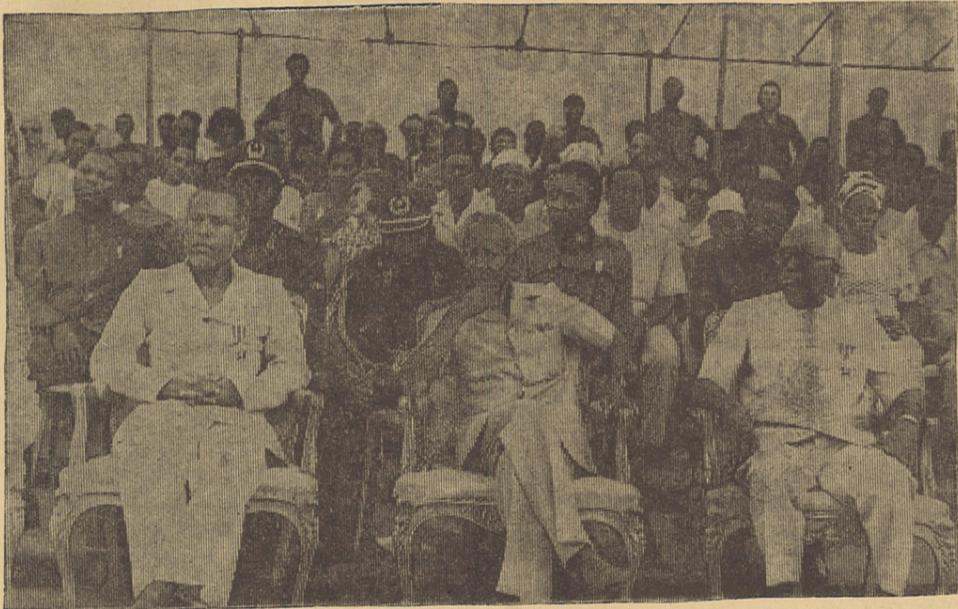
Os nossos jovens professores e alunos das regiões libertadas, aprenderam nas duas condições da luta, o amor ao nosso Povo, ao nosso Partido e adquiriram as bases políticas para garantir a continuidade da instauração de uma nova sociedade de justiça, de progresso e de paz. E os nossos inimigos não se enganaram sobre o valor incontestável das nossas escolas do mato na gestação de uma sociedade nova. As escolas das regiões libertadas foram os alvos mais atingidos pela sanha da criminosa aviação colonialista.

Símbolo revoltante, foi o massacre de dezenas de crianças de Escola de lador, em 1969.

A assistência médico-sanitária aos combatentes e estendida às populações, é mais uma manifestação da linha do Partido, de organizar nas regiões já libertadas do País, as bases de um Estado com preocupações de nível social elevado. Ela revela a consciência das responsabilidades nacionais que aumentam com a expansão da luta. De alguns grupos de primeiros socorros aos combatentes feridos no início da luta, atingimos em 1970 uma rede de 5 hospitais regionais e de sector e 117 postos sanitários espalhados pelo território sob nosso controlo; isso permite avaliar o enorme esforço feito em matéria de formação de quadros, de organização de estruturas, ainda que obviamente de carácter temporário, e de organização dos abastecimentos e do controlo, sem contar com os 3 hospitais, no exterior, nas Repúblicas vizinhas da Guiné e do Senegal.

A partir de 1966, o nosso Partido que não tem um único quadro superior de saúde, instala, com a assistência de países amigos, os primeiros hospitais de campanha onde médicos e cirurgiões prestam os primeiros socorros vitais

(Continua na página 13)



(Continuação da página 12)

aos casos graves de feridos de guerra, combatentes e elementos da população; e daí vão surgir as primeiras escolas de quadros auxiliares de saúde.

O nosso povo presta uma ajuda essencial ao funcionamento dos serviços de Saúde, quer fornecendo a base alimentar para o pessoal e os doentes, quer mobilizando-se para o transporte de medicamentos e equipamentos da fronteira para o interior, quer para a evacuação dos doentes para os hospitais do Partido no exterior.

É aqui o momento de se dizer que contrariamente a uma opinião generalizada, a assistência médica nas regiões libertadas não foi gratuita no sentido estrito da palavra, pois o nosso povo pagou um pesado contributo à organização, desenvolvimento e manutenção dos serviços de saúde.

A criação dos Armazéns do Povo, graças à ajuda da solidariedade internacional, contribuiu de maneira irreversível para a consolidação das regiões libertadas, permitindo o abastecimento das populações em artigos de primeira necessidade, quase sempre a preços inferiores aos praticados nas zonas ainda controladas pelo exército colonial.

A instauração do regime de troca entre os artigos dos Armazéns do Povo e os produtos do trabalho das populações (arroz, cola, goma arábica, mel, etc.) restabeleceu as bases justas do comércio nas zonas libertadas, bases que o nosso povo nunca conheceu no regime de exploração do seu esforço pelo sistema dos vales e da dívida perpétua praticada pelos colonialistas e seus agentes.

Podemos afirmar que os resultados mais espectaculares da acção do Partido durante este período crucial da luta que se estende de 1964 a 1970, foram obtidos no campo político-militar.

Com a aplicação das decisões do Congresso de Cassacá, a guerra muda de aspecto.

A criação das primeiras unidades de um exército regular vai iniciar um processo de rompimento do equilíbrio de forças e demonstrar uma vez mais o sentido agudo da estratégia definida por Cabral: diversificar as nossas iniciativas contra as forças inimigas e adoptar progressivamente formas mais avançadas de combate.

A criação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) decidida em Cassacá exige uma reestruturação profunda das nossas Forças Armadas:

- Criação de comandos inter-regionais, autênticos estados maiores político-militares integrados, para cada frente ou inter-região do Norte, do Sul e do Leste, gozando de larga autonomia na orientação táctica da guerra.
- Criação de uma escola político-militar em Madina Boé com uma nova programação, recrutamento e formação de quadros militares capazes de melhor
- Criação de uma escola político-militar em Madina mais variado e mais complexo e também tendo em vista a necessidade de se desencadear a luta armada em Cabo Verde.

A reestruturação global das Forças Armadas é culminada pela criação do Conselho de Guerra, de sete membros, o órgão central da Direcção da luta armada: mesmo se há uma grande autonomia de cada um dos comandos inter-regionais, onde delegados do Bureau Político asseguram uma participação permanente da Direcção Superior do Partido nas actividades militares, o carácter centralizado da orientação estratégica da luta é garantido por uma ligação estreita entre as frentes e o Conselho de Guerra.

Não nos escapa naturalmente a importância vital dum desenvolvimento dos meios de transporte e das telecomunicações, nem a necessidade de uma lei de justiça militar que, promulgada em 1966, por ocasião do décimo aniversário do Partido, contribuiu para a melhoria da disciplina nas fileiras das FARP.

A participação eficaz da Milícia Popular e dos camponeses na defesa das tabancas e das colheitas, desde a distribuição de armas à população em Outubro de 1967, liberta grandemente as FARP das missões de segurança e vigilância nas regiões libertadas, confirmando-se assim a sua vocação de corpo de ofensiva, para a libertação total do País, de braço armado para se bater contra o exército colonial.

Assim reestruturadas e organizadas as Forças Armadas, assiste-se desde 1966 a uma extensão progressiva e à multiplicação das frentes da luta que se estendem a todas as regiões praticamente, alterando-se a fisionomia da guerra e obrigando o inimigo a dispersar as suas forças.

Em 1968, a situação militar é caracterizada por um recuo cada vez mais sensível das tropas colonialistas para os centros urbanos e pela intensificação dos nossos ataques contra as casernas cada vez mais isoladas nas regiões libertadas, e contra os comboios de abastecimento por via terrestre ou fluvial.

O inimigo, muito móvel no início da luta, não ousa mais sair das casernas, ou porque as estradas são completamente controladas pelos nossos combatentes ou porque as tentativas de progressão fora das casernas se saldaram quase sempre e cada vez mais por grandes perdas em homens e material.

À dispersão de forças a que o inimigo tinha sido obrigado a adaptar-se, segue-se agora uma concentração cada vez maior das suas tropas quase imobilizadas nos principais centros urbanos. Ao inimigo resta praticamente uma só arma: o bombardeamento aéreo indiscriminado de tabancas indefesas com o fim de aterrorizar as populações, destruindo-lhes impunemente as casas, queimando as colheitas e a palha no princípio da estação das chuvas, e massacrando o gado. Ele visa também os hospitais, escolas e Armazéns do Povo como alvos privilegiados.

O desenvolvimento prodigioso da nossa luta de libertação nacional, o alargamento das regiões libertadas até dois terços da extensão total do território, a consolidação dos atributos da nossa soberania nas zonas controladas pelo nosso Partido, testemunhada por dezenas de visitantes estrangeiros, mesmo por representantes da Imprensa aliada de Portugal, leva a Direcção do Partido, desde o início de 1968, a buscar a solução mais adequada para definir a nossa situação jurídica no plano internacional, de acordo com as novas realidades existentes no nosso país.

Com efeito, todo o mundo sabia já que a nossa situação era comparável à de um Estado independente, tendo uma parte do seu território, principalmente os centros urbanos, ocupada por forças armadas estrangeiras. Era-nos, pois, necessário tirar todas as consequências dessa realidade.

Portugal, imobilizado no plano interno, limitando a sua acção à campanha psico-social no meio das populações sob o seu controlo e aos actos de terrorismo pelo bombardeamento aéreo e esporádicos assaltos às tabancas, hospitais e escolas indefesas com tropas heliportadas, encontra-se, no plano internacional em situação de isolamento quase total. Apenas os seus aliados da OTAN, e nem todos, apoiam ainda militar e financeiramente, pois que no plano político não há quem ouse aprovar diante da opinião pública a acção criminosa do corpo expedicionário português na nossa terra. Pode mesmo dizer-se que os próprios alia-

dos de Portugal não lhe perdoam a vergonhosa situação política e militar em que se encontra no nosso país.

A análise retrospectiva mostra-nos hoje que desde 1969 os colonialistas portugueses estão conscientes de que perderão a guerra, a menos de se produzir um milagre.

Com efeito, ao desenvolvermos a luta em todas as frentes, ao libertarmos regiões que nunca mais foram recuperadas pelo inimigo, provámos a nós mesmos e aos colonialistas portugueses que estávamos preparados para prosseguir o nosso objectivo de libertar totalmente as nossas terras. Mais ainda: a organização de um autêntico Estado em funcionamento nas regiões libertadas demonstrou que o nosso povo já era irreversivelmente independente e soberano na maior parte do nosso país e que, com a força das armas ou pela via de negociações, conquistávamos a nossa independência.

Esta constatação explica as iniciativas dos colonialistas portugueses cuja arrogância e desprezo pelo homem africano não toleravam a situação em que se encontravam na Guiné, nem o isolamento a que estavam votados no plano internacional.

Se o inimigo não se sentia capaz de ganhar a guerra pela força das armas, iria tentá-lo por outras vias.

A campanha psico-social a que já nos referimos, seguiu mobilizar, durante algum tempo, certos espíritos por demais assimilados ou ciosos dos seus privilégios. A libertação de presos políticos constituiu, é verdade, uma grande vitória do nosso Partido mas ela constituiu também uma das primeiras manobras tendentes a concretizar, noutro sentido, a campanha de mobilização político-social destinada a criar as bases de um futuro neo-colonial.

Os discursos de Bissau veicularam, nessa altura, a propaganda em torno da autonomia interna.

Mas essa «autonomia» só se podia materializar, contando com o apoio do PAIGC. Tal foi o objectivo que guiou os colonialistas portugueses, de conluio com os seus aliados e a complicitade de traidores africanos, na preparação da estratégia política de reconquista das nossas terras. Arquitectada, então um plano sinistro que se desenvolveu em duas etapas ou alternativas: Novembro de 1970 e Janeiro de 1973.

VI. QUINTO PERÍODO

A nossa luta armada durava oito anos quando, em 22 de Novembro de 1970, o poder colonial-fascista teve de recorrer à agressão contra a República da Guiné. Essa agressão visava destruir simultaneamente o regime popular e anti-colonialista da República da Guiné, e liquidar o PAIGC. O inimigo pensava que, com a guerra de libertação e **recolonizar** o nosso país, destruindo a nossa vigilante rectaguarda. Como é sabido, os colonialistas portugueses, embora apoiados por alguns dos seus aliados imperialistas, conseguiram alcançar os seus objectivos, visto que a agressão redundou num flagrante fracasso, merecedor de uma acção corajosa e patriótica das forças armadas da República irmã da Guiné e da nossa participação directa nas batalhas, ombro a ombro com os nossos camaradas do P.D.G. . E falharam, porque movidos pelo racismo contra o homem africano, não admitiram esta evidência de que já estavam sendo derrotados na nossa terra e seriam derrotados em Angola e Moçambique.

O retumbante fracasso desta covarde agressão contra a República da Guiné é uma das mais brilhantes

(Continua na página)

DISCURSO DO SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO, CAMARADA ARISTIDES PEREIRA

“O nosso povo foi arrancado do anonimato como resultado do pensamento e da obra de Cabral”

(Continuação da pág. 13)

vitórias obtidas por um povo africano independente em luta contra o imperialismo.

Foi um acto que traduziu claramente o estado de desespero em que os portugueses se encontravam na nossa terra e mostrou, de uma maneira elucidativa, que os progressos realizados pela nossa luta eram irreversíveis, e que nada poderia parar a marcha do nosso povo para a independência na Guiné e Cabo Verde.

Além dessa brilhante vitória sobre os agressores ter consolidado o nosso Estado nas regiões libertadas, elevado o nível da nossa actividade tanto no plano político como no da reconstrução nacional, ela reforçou a consciência militante dos deveres de solidariedade dos países limítrofes e alargou o campo de apoio à nossa luta, no plano internacional. Ela contribuiu igualmente para a compreensão da necessidade de uma união sólida de todas as forças anti-colonialistas, para liquidar a dominação portuguesa no nosso continente. Enfim, essa vitória abriu novas perspectivas para o isolamento de Portugal no plano internacional, ficando mais claramente situada a importância cada dia maior do nosso combate libertador, pela independência, pela paz e pelo progresso do nosso povo.

Sabíamos que teríamos de redobrar a nossa vigilância, pois o inimigo não desistiria e seria capaz de tentar novas aventuras, mesmo as mais absurdas, para conseguir sair da situação em que se encontrava. Aproveitámo-nos das derrotas e fracassos do inimigo colonialista para reforçar a nossa acção em todas as frentes, estabelecer objectivos precisos e limitados, mas consequentes, que deveríamos realizar, para fazer avançar a luta cada dia com mais vigor.

A conferência de Roma, em fins de Junho de 1970 e a audiência imediatamente concedida pelo Papa Paulo VI, marcaram uma nova etapa da nossa luta no plano internacional, o que provocou no inimigo colonialista uma desorientação que não soube ou não pôde dissimular.

Foram criados vários comités de apoio à nossa luta na Europa e conseguimos despertar e desenvolver a solidariedade para com o nosso povo, mesmo nos países primitivamente aliados do colonialismo português.

Mas no plano interno, nem os bombardeamentos nem as tentativas mais criminosas de aniquilamento das nossas populações, não conseguiram deter a marcha da nossa luta, tanto nas regiões libertadas da Guiné como em Cabo Verde.

A reunião do Conselho Superior da Luta em Agosto de 1971, revestiu-se de um grande significado, pelas suas importantes decisões: reforçar e melhorar o nosso trabalho político, consolidar as estruturas do nosso Estado, desenvolver e intensificar a luta armada.

E a decisão que iria tomar um carácter transcendente foi a criação da Primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné, que daria ao povo um órgão essencial de soberania, abrindo perspectivas novas à nossa acção política tanto no plano interno como externo.

Com efeito, enquanto o nosso povo dispunha desde 1968, de instituições políticas, administrativas, militares, sociais e culturais — por conseguinte, de um Estado — e era livre e soberano em mais de dois terços do território nacional, ele não possuía uma **personalidade jurídica** no plano internacional.

O desenvolvimento das regiões libertadas exigia, portanto, uma mais ampla participação do povo, através dos seus representantes, não só no estudo e na solução dos problemas do país e da luta, mas também no controlo efectivo das actividades do Partido que o dirigia.

Os colonialistas portugueses, embora cientes da nossa realidade, utilizaram subterfúgios e formas ilusórias para convencer e ludibriar o nosso povo nas cidades ainda sob a dominação colonial, continuando a propalar a ridícula construção de uma Guiné e de um Cabo Verde Melhor, prometendo a chamada «autodeterminação» sob a bandeira portuguesa. Não conseguiram, no entanto, enganar o nosso povo e a prova foi que centenas de jovens abandonaram Bissau

e os centros urbanos para se dedicarem exclusivamente à luta, ao serviço do nosso povo. Outro facto não menos significativo e que destruiu os fundamentos da política demagógica dos colonialistas foi a prisão de dezenas de compatriotas nossos, acusados de serem membros do PAIGC.

O nosso Partido seguiu com atenção as manobras de governo colonial português e do seu agente principal no nosso país.

As chamadas reformas administrativas, concessões de carácter racista e paternalista, os falaciosos «congressos do povo», as promoções e as demais actividades destinadas a desmobilizar e a desviar as populações que ainda controlavam do caminho da liberdade e do progresso, só contribuíram para acelerar a tomada de consciência política de largas camadas sociais dos centros urbanos.

Um número crescente de elementos das chamadas companhias africanas, tendo pago com o seu sangue e as suas vidas, com humilhações de toda a ordem, a colaboração com os criminosos colonialistas portugueses contra os interesses sagrados do nosso povo, começou a desertar para reforçar as nossas fileiras. Compreenderam que nas operações inimigas tais como: «Mar Verde» — agressão contra a República da Guiné —, «Safira Solitária» — agressão contra o sector de Morés — e «Rosas Enfadadas» — agressão contra Tchoquemon — os colonialistas portugueses queriam fazer deles os assassinos do nosso povo, carne de canhão para substituir os soldados europeus, e cães de guarda, tratados com desprezo e abandonados à sua sorte quando chegasse a hora da derrota.

Como sempre o fizemos, todos os nossos irmãos que abandonaram a tropa colonialista foram recebidos pelos nossos combatentes e pela nossa população com entusiasmo e foram tratados como verdadeiros patriotas.

No plano militar, infligimos perdas sempre maiores que nos anos precedentes; melhorámos e desenvolvemos o trabalho político nas zonas libertadas; o ensino, os Armazéns do Povo e a assistência sanitária registaram progressos significativos; reforçou-se o prestígio do Partido e da luta, assim como os laços que nos uniam a todas as forças anti-colonialistas do mundo.

Para fazer face às insinuações do governo português contra as realidades vividas nas nossas áreas libertadas e para facilitar a ONU a tarefa de advogar a nossa causa, baseada em factos concretos, o nosso Partido, pela voz do seu Secretário-Geral, convidou o Comité Especial de Descolonização, a enviar uma delegação às áreas libertadas.

O governo colonial-fascista, através dos seus representantes, assim como pela imprensa e outros órgãos de informação, lançou uma grande campanha de intimidação e ameaças contra a Missão Especial, procurando desacreditar o Comité dos 24 e mesmo a ONU. O governo fascista de Portugal tomou a grave e criminosa iniciativa de sabotar a Missão Especial da ONU, por todos os meios ao seu alcance, mesmo se necessário, recorrendo à liquidação física dos seus membros. Foi assim que desencadearam, no Sul libertado, entre 18 de Março e 9 de Abril de 1972, a sua maior operação agressiva, tentando desesperadamente assassinar os membros da Missão Especial da ONU.

Os objectivos da agressão foram os seguintes:

— Aterrorizar as populações para que elas se recusassem a colaborar nos trabalhos da Missão Especial;

— Intimidar os membros da Missão Especial para que renunciassem a cumprir o seu programa;

— Destruir no máximo, as realizações sociais e culturais levadas a cabo pelo nosso Partido nos sectores mais próximos da fronteira para evitar que a Missão Especial pudesse constatar a existência dessas obras;

— Atrair os nossos combatentes para uma batalha de posição em que os colonialistas poderiam utilizar dezenas de milhar de homens e todos os seus meios técnicos. Isso permitir-lhes-ia destruir uma grande parte das nossas forças armadas e capturar ou liquidar os membros da referida Missão Especial.

Estes factos terroristas não intimidaram os membros da Missão Especial que se sentiram encorajados no cumprimento do seu dever, com a nossa réplica vigorosa e o nosso perfeito controlo do terreno.

Os massacres, os bombardeamentos de mapalm e bombas de fragmentação, contra as escolas, tabancas, hospitais, e a destruição das colheitas mostraram à Missão Especial que os colonialistas fascistas portugueses não eram senão agressores terroristas contra um povo livre e sobretudo, decidido a varrer para sempre a presença estrangeira do solo da Pátria.

Apesar de todas essas tentativas por parte dos colonialistas portugueses, a Missão Especial não deixou de realizar os seus objectivos através de reuniões, comícios e inquéritos junto das nossas populações.

Perante a evidência de factos concretos, chegaram às seguintes conclusões: que a luta pela libertação nacional do território continuava a progredir e que Portugal já não exercia nenhum controlo administrativo efectivo sobre vastas zonas da Guiné; que o PAIGC era o único e legítimo representante dos interesses do povo da Guiné e de Cabo Verde.

O sucesso da Missão Especial da ONU, mau grado a agressão terrorista portuguesa, que pretendia destruí-la, foi sem sombra de dúvida outra vitória transcendente do nosso povo africano, sob direcção esclarecida do nosso Partido, em defesa dos seus direitos inalienáveis.

Não hesitamos mesmo em afirmar que este sucesso foi principalmente uma vitória da África e da Humanidade.

Paralelamente a estes acontecimentos, o governo fascista português reforçou em Cabo Verde a sua política de repressão.

Efectuaram-se numerosas prisões de nacionalistas que declararam abertamente diante dos juizes fascistas pertencerem ao PAIGC.

Apesar de todas essas intimidações do Estado colonial, o prestígio do nosso glorioso Partido fazia-se sentir cada vez mais no interior do nosso país — na Guiné e em Cabo Verde — e o eco da sua luta repercutia-se no mundo inteiro.

O Comité de Descolonização, por aclamação e a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceram o nosso Partido como o único, legítimo e verdadeiro representante do povo da Guiné e Cabo Verde.

O camarada Amílcar Cabral, falando em Outubro de 1972 perante a Quarta Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, relembrou que os nossos povos eram, na sua feliz expressão, **os combatentes anónimos da causa da ONU**.

O Conselho de Segurança adoptou por unanimidade uma resolução que condenava o colonialismo português.

Na Conferência dos Chefes de Estado e de Governo africanos, em Rabat, foram adoptadas resoluções de solidariedade e de apoio incondicional e total ao nosso Partido.

Um número crescente de países e de organizações humanitárias do mundo inteiro deram o seu apoio moral, político e, algumas vezes, material ao nosso Partido.

Tanto no plano africano como no plano internacional, o nosso prestígio cresceu e o apoio prestado pelos países amigos foi bastante apreciável.

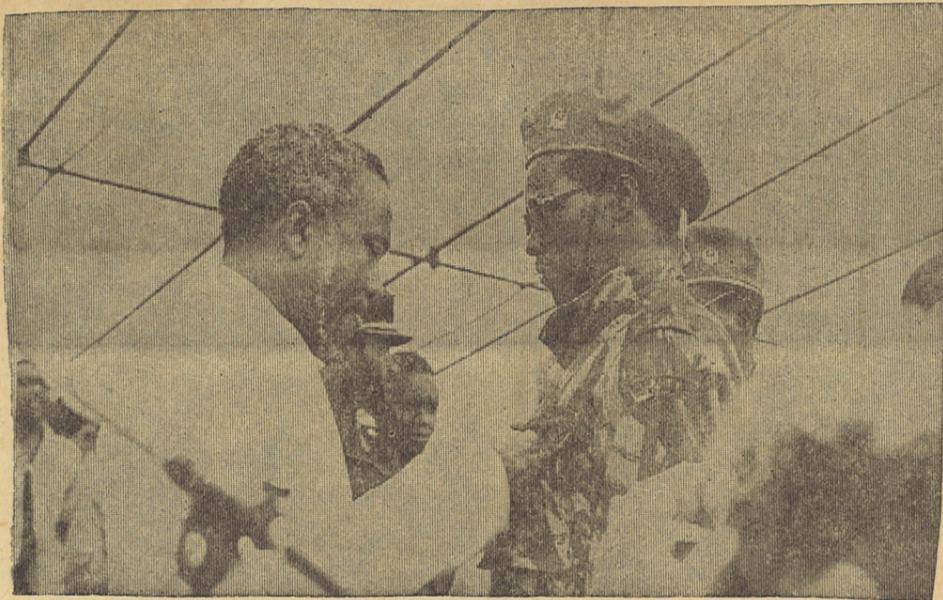
Foram todas essas razões que levaram o Conselho Superior da Luta a decidir, por aclamação, que o Partido deveria realizar em 1972, nas regiões libertadas, eleições gerais, por meio de sufrágio universal e secreto, para a Constituição da Primeira Assembleia Nacional Popular na Guiné.

Com base nesta decisão histórica, foram definidos o processo e o método a seguir para as eleições, assim como os critérios para a escolha dos candidatos à ANP.

Durante 8 meses (de Janeiro a Agosto de 1972) as eleições dos conselheiros regionais e dos representantes da Assembleia Popular foram preparadas por uma intensa campanha de informação, de debate e de discussões tanto nos organismos de base do Partido, como nos comícios populares.

(Continua na página 15)

SESSÃO SOLENE DE COMEMORAÇÃO DO XX ANIVERSÁRIO



(Continuação da pág. 14)

Os representantes da ANP foram eleitos pelos Conselhos regionais entre os seus membros, por uma maioria de dois terços. O Conselho regional era a Assembleia dos representantes eleitos do povo trabalhador dos diversos sectores político-administrativo e militares que formavam as regiões e as frentes.

A eleição dos representantes de sector no conselho regional — elementos das massas populares e quadros militantes do Partido — foi, deste modo, a primeira fase da eleição dos representantes da ANP. A segunda consistiu na eleição entre os membros do Conselho regional, dos representantes da região, na ANP.

Foram criadas comissões especiais encarregadas de organizar e de efectuar as eleições em todas as regiões e frentes.

O voto foi feito em relação a uma lista única, colectiva, compreendendo o número exacto dos membros dos conselhos regionais.

Do fim de Agosto a Outubro de 1972, as eleições foram realizadas em todas as regiões libertadas com o apoio entusiasta das massas populares que se comportaram com elevado espírito de responsabilidade, de civismo e de disciplina. Estas eleições tiveram repercussões favoráveis entre as populações das zonas ainda ocupadas pelo inimigo tanto na Guiné como em Cabo Verde.

Reunidos os Conselhos regionais, estes elegeram entre os seus membros os representantes à ANP — 120 membros — 80 eleitos pelas massas populares e 40 designados entre os quadros políticos, militantes, técnicos profissionais e outros, do Partido. Os representantes dos sectores ainda ocupados pelas forças de ocupação foram escolhidos a título provisório.

A notícia dos resultados parciais e preliminares das eleições teve um impacto enorme no plano internacional, porque se tratava de um acontecimento novo, de uma via original, no quadro da luta dos povos pela sua libertação da dominação colonialista e imperialista.

VII. SEXTO PERÍODO

No limiar do décimo-primeiro aniversário da guerra popular revolucionária e ao completarem-se 16 anos de luta na Guiné e Cabo Verde sob a direcção do PAIGC, uma realidade se impunha aos olhos de qualquer observador objectivo: o equilíbrio de forças no plano das operações militares na Guiné ia romper-se com a iminente proclamação do Estado independente da Guiné-Bissau. Como vimos, ao longo deste balanço de actividades, todas as condições estavam reunidas para o cumprimento do acto mais transcendente no percurso da nossa luta.

Já tinham sido praticamente atingidos alguns dos objectivos essenciais do Partido: a liquidação da dominação colonial portuguesa e a criação de bases indispensáveis à construção de uma nova vida, em plena liberdade.

Foram sem dúvida as massas populares as obreiras deste processo libertador; foi, de certo, o Partido o catalizador da consciência nacional. Mas, no centro da acção, traçando as orientações das suas linhas mestras e dinamizando as capacidades militantes, ergue-se o nosso primeiro Secretário-Geral cuja es-

tatura se compara aos grandes revolucionários do mundo contemporâneo. Não escapou ao inimigo a compreensão exacta de que o arquitecto do edificio, o estratega das vitórias militares, o diplomata das iniciativas retumbantes no plano internacional, se reuniam harmoniosamente na personalidade de Amílcar Cabral. Como resultado da soma do seu pensamento e da sua obra, o nosso povo na Guiné e Cabo Verde foi arrancado do anonimato a que fora submetido durante a época colonial.

Os colonialistas portugueses, apoiados nos planos sinistros da PIDE, não se tinham conformado com o fracasso da tentativa criminosa levada a efeito, em 22 de Novembro de 1970, com vista a liquidar simultaneamente o regime popular da República da Guiné e o PAIGC. Reactualizaram os seus objectivos à luz dos sucessos que continuávamos a actualizar em todos os domínios das nossas actividades, tanto no plano interno como externo. Só lhes restava uma saída: recorrer ao método bárbaro da eliminação física dos nossos dirigentes. Foi o que puseram em prática, três anos após a agressão perpetrada contra a República da Guiné. E a 20 de Janeiro de 1973, caiu o nosso Secretário-Geral, Amílcar Cabral, fulminado pelas balas do colonial-fascismo. O mais modesto e obscuro dos militantes do PAIGC sentiu profundamente que o inimigo tinha desferido um golpe na sua própria pessoa, tal era a identificação entre Amílcar Cabral e o povo da Guiné e Cabo Verde. O significado do desaparecimento físico de Amílcar Cabral para a humanidade progressista ficou altamente patenteado, por ocasião do simpósio e das obséquias grandiosas que a República da Guiné organizou em Conakry.

Mas era a nós, a cada combatente no seu posto, que cabia tirar os ensinamentos do trágico acontecimento que nos iria enlutar para sempre. E sem tardar, as nossas gloriosas Forças Armadas regulares e as Forças Armadas Locais infligiram perdas consideráveis ao inimigo colonialista. O nosso Partido alcançou grandes vitórias nomeadamente na operação contra a caserna estratégica de Guiledje, pondo em execução os planos traçados pelo próprio camarada Cabral.

A nossa vigorosa acção militar conduziu à derrocada de todo o sistema ofensivo do inimigo, que repousava essencialmente sobre a aviação. E a prova maior do peso das derrotas sofridas pelos criminosos colonialistas foi a vergonhosa demissão do seu representante na Guiné, que não terminou o período de prorrogação do seu mandato. Soubemos manifestar a nossa fidelidade ao testamento de Amílcar Cabral reforçando a coesão nacional no seio do Partido e retomando as directivas que nos tinha legado.

Reunimos o Segundo Congresso do Partido de 18 a 22 de Julho de 1973, nas regiões libertadas do Leste, sob o triplo signo da **Unidade, Luta e Vigilância**.

Reafirmando sem equívoco a correcta orientação que o nosso saudoso camarada Amílcar Cabral imprimira à luta libertadora na Guiné e Cabo Verde, desde o seu início, o Segundo Congresso tomou importantes decisões cuja aplicação prática iria mudar radicalmente a face da guerra popular revolucionária e conduzir à derrocada do colonial-fascismo nas nossas terras. Entre essas decisões, convém sublinhar a da criação de uma **Comissão Nacional de Cabo Verde** inteiramente consagrada às acções a levar a cabo

pelo Partido nesta parte do nosso território. O Segundo Congresso decidiu também a convocação da Assembleia Nacional Popular no decurso do ano, fim de cumprir a sua primeira missão histórica: proclamação do Estado na Guiné, a criação do seu Executivo e a adopção da primeira Constituição da nossa História.

Foi, afinal, o respeito e a defesa intransigente dos princípios ideológicos que regem a nossa vida e a nossa luta, foi a nossa **unidade** que levaram ao fracasso os cálculos dos colonialistas, convencidos de poderem dividir e desagregar o PAIGC e assim paralisar a nossa luta, após o odioso assassinato do nosso líder.

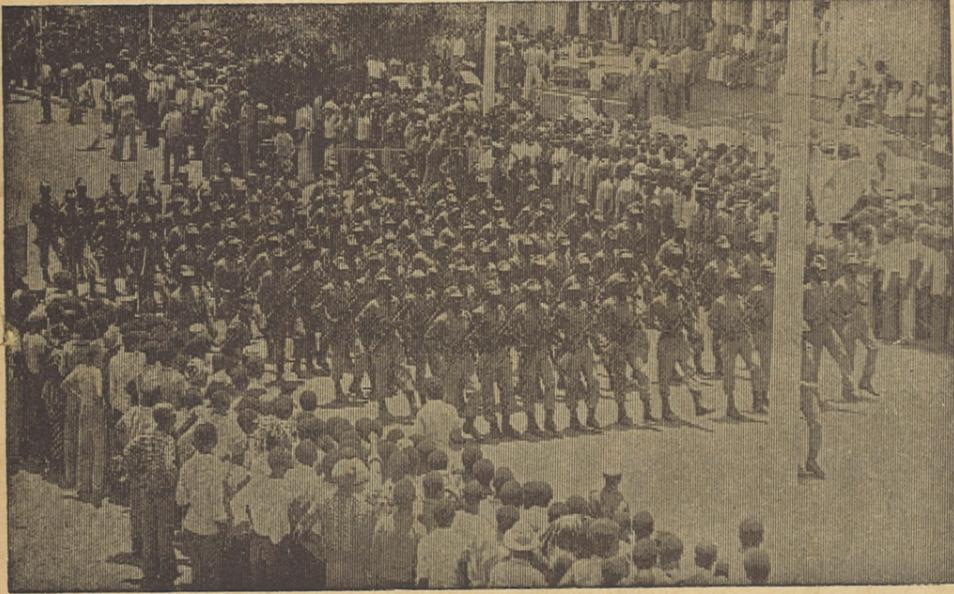
Levámos a efeito a primeira reunião da Assembleia Nacional Popular e lançámos ao mundo, a 24 de Setembro de 1973, a proclamação do Estado da Guiné-Bissau, independente e soberano. O nosso povo escreveu assim mais uma página gloriosa no grande livro da história das lutas de libertação nacional. O pensamento de Amílcar Cabral ganhou a sua dimensão jurídica. Muito se tem escrito, com efeito, sobre a originalidade do acto que cumprimos naquele dia na área do Boé. Para nós, tratava-se do reflexo e do coroamento de uma situação criada passo a passo nas regiões libertadas. Por isso mesmo, a África, o seu conjunto e dezenas de outros países do mundo consagraram esta decisão, reconhecendo de jure o nosso jovem Estado, e demonstrando a sua legalidade no plano internacional. No espaço de três meses praticamnte, 75 países de todos os continentes reconheceram a nossa soberania e colocaram Portugal na posição de Estado agressor. A nossa acção no ONU culminou com a importante resolução da Assembleia Geral de 2 de Novembro de 1973, que, aprovada pela maioria esmagadora dos países membros, constituiu a nossa maior vitória no plano internacional. Essa resolução exigia que o governo português cessasse imediatamente de violar a soberania e a independência territorial da República da Guiné-Bissau, de cometer actos de agressão contra o povo da Guiné e Cabo Verde, retirando imediatamente as suas forças armadas desses territórios.

A proclamação do nosso Estado realizou-se na altura em que a luta em Cabo Verde entrava numa nova fase de desenvolvimento das condições para a passagem à forma superior de luta — a forma armada — única susceptível de levar à libertação do Arquipélago das garras do colonialismo português. Mas pesavam sobre Cabo Verde perigosas ameaças: o governo colonialista reforçava o seu dispositivo militar nas ilhas, através do aumento dos efectivos das suas tropas e o desenvolvimento das suas infra-estruturas. Tornava-se necessário denunciar essas ameaças diante da comunidade internacional.

A delegação do nosso Partido que participou como observador aos trabalhos do Comité de Descolonização bateu-se pela adopção da resolução tomada em 5 de Abril de 1974, a qual reafirmou o direito inalienável da população de Cabo Verde à autodeterminação e à independência, bem como a legitimidade da luta conduzida sob a direcção do PAIGC; a resolução reafirmou igualmente o reconhecimento do PAIGC como o único representante da população do território.

(Continua na página 15)

DISCURSO DO SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO



'Continuaremos a honrar a solidariedade internacional'

(Continuação da pág. 15)

Se declarámos na ONU a nossa disponibilidade de buscar uma solução política ao problema da liquidação do colonialismo português em Cabo Verde, afirmámos também a nossa determinação de assumir inteiramente o nosso dever histórico de lutar por todos os meios para a realização da aspiração legítima do nosso povo à liberdade e ao progresso.

Entretanto, amadureciam as condições internas em Portugal e no seio dos exércitos coloniais para o desenvolvimento das acções que levaram ao derrube do fascismo.

VII. SÉTIMO PERÍODO

A criação na clandestinidade, do Movimento das Forças Armadas que, a 25 de Abril de 1974 derrubou o regime fascista em Portugal é a consequência directa da longa e vitoriosa luta de libertação nacional dos povos das antigas colónias portuguesas e em particular da luta dirigida na Guiné e em Cabo Verde pelo PAIGC.

A maior parte dos principais dirigentes do M.F.A. foram oficiais que, na frente da Guiné, tomaram gradualmente consciência da inutilidade da criminosa guerra colonial, dos verdadeiros interesses do povo português e do direito inalienável do nosso povo à independência. A prova mais cabal dessa tomada de consciência provocada nos oficiais e soldados portugueses pelo ideário político do nosso Partido e pelos sucessos da nossa luta libertadora é a sua declaração em que os signatários afirmaram em substância: além de manifestarem o desejo de regressar a Portugal não estavam na disposição de continuarem a servir de instrumentos da repressão do Governo de Portugal contra o estado soberano da Guiné-Bissau.

Podemos assim afirmar que com a nossa gloriosa luta de libertação nacional demos uma contribuição fundamental e solidária à libertação do próprio povo português visto que lográmos, com 17 anos de luta política e 11 anos de luta armada, ombro a ombro com os companheiros da Frelimo e do MPLA minar os alicerces do edifício colonial-fascista.

Cabia agora ao novo poder instituído em Portugal, depois do derrube do fascismo, demonstrar diante do mundo e de todas as forças progressistas, em particular diante da África que a irrupção das forças democráticas na cena política portuguesa estava em contradição total com a permanência do colonialismo.

Nesta base e no intuito de ajudar o novo regime instalado em Portugal a seguir uma via coerente e realista, o Comité Executivo da Luta do PAIGC publicou, a 6 de Maio de 1974 uma declaração histórica, que, além de ter relembrado que se mantinha inalterável o nosso desejo de encontrar uma solução política, por via das negociações, ao conflito que opunha os povos ao Estado Português, avançou ainda as propostas seguintes:

— «O reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito do nosso povo em Cabo Verde à auto-determinação e independência;

— «O reconhecimento deste mesmo direito aos povos das outras colónias portuguesas;

— «Abertura imediata de negociações com ou sem cessar fogo».

Tanto o peso das realidades insofismáveis no teatro da guerra, as posições firmes e responsáveis da Direcção do nosso Partido, como o avanço das forças democráticas em Portugal, impunham uma mudança de posição fundamental face à marcha irreversível dos nossos povos para a soberania total. O novo regime instituído em Portugal acabou por reconhecer o nosso direito à auto-determinação e à independência.

Assim, em Maio de 1974, representantes do Governo português e do nosso Partido entabularam em Londres a primeira fase das negociações. Com esse acto, o Governo português reconhecia pela primeira vez a nossa personalidade de povo africano, e o direito a conduzir o nosso destino no caminho da liberdade e do progresso.

Com esta premissa, aceitamos o cessar-fogo que veio facilitar as negociações que se prosseguiram tanto em Londres, em Argel como no próprio teatro da guerra.

Os acordos que acabaram por ser assinados em Argel, depois de superadas as dificuldades das negociações deram plena satisfação às propostas feitas na declaração já referida, do Comité Executivo da Luta.

Além de ter sido consagrado o reconhecimento da República da Guiné-Bissau, proclamado solenemente nas regiões libertadas do Boé a 4 de Setembro de 1973, foi também reconhecido o direito do povo caboverdiano à auto-determinação e independência, em conformidade com o espírito e a letra das resoluções adoptadas pela ONU e pela OUA. Essas cláusulas dos acordos que se referiram de maneira expressa à auto-determinação e independência de Cabo Verde, representaram uma vitória importante do nosso Partido, pois além de terem aberto perspectivas de novo prazo para a independência total do Arquipélago, eliminaram a tentativa de cindir as negociações para o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e para a independência de Cabo Verde. As negociações foram feitas com o PAIGC que mostrou assim toda a sua coerência e unidade.

A República da Guiné-Bissau que, depois de Setembro de 1973, já era membro de pleno direito da OUA e reconhecida por mais de 80 países, e que gozava já do estatuto de observador na ONU, viu, assim, abertas as portas para a sua admissão, como membro de pleno direito, nesta organização internacional.

Entretanto, Cabo Verde mantinha ainda o seu estatuto de colónia. Foi por esta razão que se tornou necessário enviar, em Outubro de 1974, uma delegação do nosso Partido junto da Quarta Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas (o Comité dos 24) para defender a questão de Cabo Verde.

Não obstante todas as tentativas para encaminhar Cabo Verde para uma solução neo-colonial, suscitando a criação de partidos fantoches depois de 25 de Abril, o Governo português acabou por se render

à evidência, em face da poderosa mobilização das massas populares, sob a condução do nosso Partido.

Os meetings, as greves e as prisões dos colaboradores activos das correntes neo-colonialistas levaram o Governo português a compreender que havia uma única solução: a independência total e completa — palavra de ordem do PAIGC, perfilhada pela maioria esmagadora do povo caboverdiano.

Assim surgia a segunda fase das negociações entre o PAIGC e o Governo Português que conduziram à constituição de um Governo de Transição em Cabo Verde e, posteriormente, à eleição de uma Assembleia Constituinte e à fixação da data de independência para 5 de Julho de 1975.

Ficavam assim coroados de êxito a materialização, pelo nosso Partido do seu Programa Menor e particularmente o pensamento genial do Camarada Amílcar Cabral que engendrou a unidade da Guiné-Cabo Verde.

Com o acesso à independência tanto da Guiné como de Cabo Verde, outras tarefas se impuseram, no quadro da reconstrução nacional que vêm obrigando o nosso Partido a adaptar-se às novas realidades e a perspectivas novas orientações. É nesse sentido que têm actuado as instâncias nacionais do PAIGC. Assim, a última reunião do Conselho Superior da Luta, realizada em Bissau de 26 a 31 de Agosto do ano corrente, tomou importantes decisões com vista a reestruturar e consolidar o aparelho partidário na Guiné e Cabo Verde.

Neste âmbito, o III Congresso do PAIGC está convocado para o mês de Julho de 1977.

Não poderia terminar esta intervenção sem me referir a um outro momento alto que se inscreve no mês de Setembro, tão recheado das nossas datas históricas: o regresso à terra que o viu nascer do corpo do Militante n.º 1 do PAIGC, o camarada Amílcar Cabral. A este respeito, em nome da Direcção Nacional do nosso Partido, reitero a nossa gratidão ao Comité Central do Partido Democrático da Guiné pela solidariedade constante manifestada em relação à nossa luta, e em particular, pela forma como o PDG, o Governo e o povo da Guiné souberam honrar a memória de Amílcar Cabral, cujos restos mortais, foram conservados em terra guineense com o carinho e a veneração devidos aos heróis nacionais.

É este o momento também para vos reafirmar, ilustres convidados e caros camaradas, a determinação da Direcção do nosso Partido é de continuar a honrar a solidariedade que sempre nos testemunharam, seguindo a nossa marcha no sentido da realização integral do testamento político de Amílcar Cabral construindo a unidade da Guiné e Cabo Verde e o progresso social das nossas pátrias, no interesse superior da África e da Humanidade.

Viva a solidariedade internacional!

Glória eterna a Amílcar Cabral!

Viva o PAIGC, força, luz e guia do nosso povo, na Guiné e em Cabo Verde!